

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**



Ano 3
Número 23
R\$ 7,00



Congresso Estadual de Municípios

Guarujá - de 20 a 25 de março de 2006

**CONGRESSO DOS
MUNICÍPIOS
REDESCUTE O BRASIL**

ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA PODEM AMPLIAR OS SEUS



SISTEMA DE ENSINO

Aprende Brasil

A Editora Positivo apresenta uma grande novidade para as escolas públicas brasileiras: **SABE – Sistema Aprende Brasil de Ensino**.

Um sistema com a experiência de 33 anos do maior grupo educacional do País.

- **Centro de Pesquisas** próprio, com 200 profissionais criando, desenvolvendo e atualizando o mais moderno material didático
- **Livros Didáticos Integrados** entre séries e disciplinas, interagindo com o Portal Aprende Brasil.

HORIZONTES ABRINDO AS JANELAS. OU NOSSOS LIVROS.



- **Assessoria Pedagógica** com cursos freqüentes para os professores aprimorarem seus conhecimentos e sua formação.
- **Portal Aprende Brasil**, com conteúdo exclusivo, avançados recursos multimídia e acesso para professores e alunos. Conheça o **SABE – Sistema Aprende Brasil de Ensino**. É ensino de qualidade para a escola pública, com a garantia do Positivo. Ligue agora e conte com o SABE nas escolas do seu município em 2006.

0800 644 1515
www.editorapositivo.com.br



EDITORA

POSITIVO



50º Congresso Estadual dos Municípios

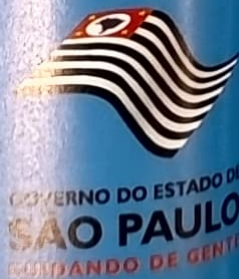
de 20 a 25 de março de 2006 • Casa Grande Hotel

Av. Miguel Stéfano, 1.001 - Praia da Enseada - Guarujá - São Paulo - Brasil

Promoção e Realização:



Apoio:



O maior encontro anual entre prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e dirigentes responsáveis pelas gestões públicas municipais, além de técnicos dos Governos do Estado e da União e Instituições Privadas compromissadas com ações sociais e de interesse comum.

Desse grande evento, resultará o calendário para ações do movimento municipalista com vistas ao desenvolvimento das cidades no Estado de São Paulo.

Nessa oportunidade, estarão expostos vários produtos, serviços e tecnologias que possibilitarão aos gestores públicos a identificação de alternativas para a modernização de suas administrações.

Momento Cultural APM

Palestras de profissionais de renome, formadores de opinião e referência absoluta em seus setores de atuação.



David Uip

Prevenção e saúde



Heródoto Barbeiro

Comunicação, crise e eleição



Joelmir Beting

Economia em 2006



Beatriz Segall

Cultura



Arnaldo Jabor

O Brasil tem jeito



Prof. Pasquale

Educação



Gilberto Dimenstein

A importância de uma cidade educacional

Informações: Associação Paulista de Municípios • Telefax: 11 2165-9999 www.apaulista.org.br

Patrocínio:



ELEKTRO





**Associação Paulista
de Municípios**

Av. São Luis, 99 - 13º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01046-905
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

Presidente

Celso Antonio Giglio

1º Vice-Presidente

Marcos Roberto Casquel Monti

2º Vice-Presidente

Welson Gasparini

3º Vice-Presidente

Rubens Furlan

4º Vice-Presidente

João Carlos Caraméz

SECRETARIA - MEMBROS DIRETORES

Secretário Geral

Antônio César Simão

1º Secretário

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º Secretário

Sebastião Misiara

3º Secretário

Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA

Tesoureiro Geral

Flávio Callegari

1º Tesoureiro

José Luiz Rodrigues

2º Tesoureiro

Antonio Francelino

3º Tesoureiro

João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Aquevirque Antônio Nholla

Secretário

Carlos Alberto Cruz Filho

CONSELHO TÉCNICO-MULTIDISCIPLINAR

Presidente

Antonio Sérgio Baptista

Secretária Executiva

Dalva Christofoletti Paes da Silva

EDITORIAL

Ontem, hoje e amanhã



Prezados companheiros municipalistas, enfim está chegando a tão esperada semana de 20 a 25 de março, quando estaremos "Comemorando o Passado e Projetando o Futuro". Afinal, o cinquentenário da realização de nossos congressos merece comemoração especialíssima, e nossa preocupação ao prepará-lo foi juntar duas premissas: trabalhar duro na discussão e busca de soluções para os nossos problemas, e festejar este marco extraordinário que é chegar ao quinquagésimo evento sem ter tido interrupção.

Para tanto, elaboramos uma grade com painéis diversos, abordando temas de todas as áreas da administração pública, e receberemos os respectivos secretários estaduais para um diálogo direto com nossos congressistas. A grade genérica você pode conferir nesta mesma edição, e constatar sua relevância.

Há que se enfatizar que as teses e os requerimentos que forem trazidos pelos congressistas, após passarem

pela análise de nosso corpo técnico e receberem os respectivos "pareceres", serão submetidos ao plenário e, se aprovados, farão parte da Carta do Guarujá, escrita ao final do evento e enviada às autoridades competentes de nosso Estado e país.

Foi mantido o tradicional "pinga-fogo", espaço reservado a todos os congressistas que quiserem se manifestar sobre qualquer tema, sem censura de qualquer espécie, e que se constitui em momento esperado, concorrido e festejado em nossos eventos.

Paralelamente aos trabalhos do Auditório I, realizaremos no Auditório II a programação especial destinada às primeiras-damas e presidentes de Fundos Sociais Municipais de Solidariedade, e o Curso de Atualização em Administração Pública Municipal, sob a responsabilidade do coordenador do nosso Conselho Técnico, Dr. Antonio Sérgio Batista.

Como parte das comemorações, a APM decidiu oferecer um presente aos congressistas, ao convidar personalidades de

renome nacional para fazerem palestras especiais denominadas Espaço Cultural APM.

Não nos esqueçamos de nossos patrocinadores e expositores que tradicionalmente investem no evento, certos da visibilidade e divulgação de suas marcas.

Vale lembrar que tudo está sendo possível, graças ao empenho do prefeito Fuad Said Madi e do presidente da Câmara, José Nilton de Oliveira, que abriram as portas do Guarujá e nos proporcionaram as condições necessárias para realizarmos nosso encontro.

Estamos prontos para realizar o maior e melhor congresso de todos os tempos, honrando nossas tradições, escritas com trabalho, dedicação e honestidade também por todos aqueles que nos antecederam, dando o exemplo às gerações futuras.

Saudações
municipalistas.

Celso Giglio
Presidente da APM

Ainda procurando qualidade e segurança?



**A DAMAEQ
tem a solução
para a sua
necessidade.**



Coletores compactadores de lixo

Design futurista e novo conceito estrutural; sistema de carregamento traseiro; teto em chapa lisa; laterais em chapa única calandrada e lisa. Os modelos podem ter agregados sistema de basculamento de contêineres de aço de 1,2 a 1,6m³ e contêineres plásticos de 240/360 litros.

Tanque multi- aplicação TMA



Sua multi-aplicação vai desde a lavagem de fachadas, túneis, ruas, feiras, shoppings, desobstrução de galeria pluviais, irrigação de ruas não pavimentadas e grandes jardins até a nobre missão de combate a incêndios.



DAMAEQ - Dávila Indústria Mecânica de Máquinas Ltda.
Rua Presidente Castelo Branco, 510 - Bairro Tomaz Coelho
CEP 83707-130 - Araucária - Paraná - Brasil
Fone/Fax: +55 41 3643-2232 - Vendas: +55 41 3643-2103
damaeq@damaeq.com.br

Varredora mecânica rebocada VMR-1000

No mercado desde 1993 a VMR-1000 destaca-se por sua alta produtividade e facilidade de tração (pode ser rebocada por tratores de qualquer marca, com no mínimo 65 HP de potência com tomada de força).



www.damaeq.com.br



Divulgação: Pref. de Guarujá



Guarujá investe em infra-estrutura para receber bem congressistas

28 50º CONGRESSO
APM convida gestores municipais para o jubileu de ouro

10 ENTREVISTA

Sérgio Kobayashi, especialista em comunicação governamental

16 RODOANEL

Com licença ambiental, Trecho Sul aguarda início das obras

20 REAJUSTE DO MÍNIMO

Pequenas cidades se preparam para aplacar a sobrecarga no orçamento

23 DISPUTA FINANCEIRA

Chega ao fim a novela entre bancos públicos e privados

24 ARTIGO

O STF e a Lei de Improbidade, por Isabela Giglio

25 APM RESPONDE

Dúvidas sobre Direito Público e Administrativo

32 RESGATE 50 ANOS

Sebastião Misiara, presidente da Uvesp, relembra congressos

33 PROGRAMAÇÃO

Acompanhe os horários das palestras do 50º Congresso

34 JUDICIÁRIO

Com reestruturação do Poder, municípios terão mais promotores

38 TI

Portais na internet com serviços municipais agilizam o atendimento ao cidadão

41 ARTIGO

Instrumentos de modernização da administração pública, por Cristina Rodrigues

42 PATRIMÔNIO

Restauração de imóveis antigos garante aumento de receita com o turismo

46 CASE

Saiba como consórcio de Saúde instalado no Circuito das Águas deu certo

48 IBGE

Instituto fará a Contagem da População e o Censo Agropecuário em 2007

50 CASOS E CAUSOS

O bêbado e o "sarrista", por Claudio Manesco

FALE CONOSCO

REDAÇÃO: Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.

Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203

E-mails: redacao@municipiosdesaopaulo.com.br / marcio@editorasegmento.com.br (publisher)

Cartas: Rua Ministro Sinézio Rocha, 150
CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING: Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais. Tel.: (11) 3879-8220.

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE: Anuncie na Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.

Tel.: (11) 3879-8216 e (11) 3879-8204

publicidade2@municipiosdesaopaulo.com.br

karencardial@editorasegmento.com.br

ASSINATURAS, RENOVACÕES E NÚMEROS ATRASADOS

Tel.: (11) 2165-9999 – Fax: (11) 2165-9986

www.apaulista.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Celso Giglio
Antônio César Simão
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevique Antônio Nholla
José Mauro Dedemo Orlandini



PRESIDENTE: Edmilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial

Municípios
de São Paulo

PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

EDITORA: Rachel Bonino

redacao@municipiosdesaopaulo.com.br

EDIÇÃO DE ARTE: Rogério L. Loconte

ARQUIVO FOTOGRÁFICO: Gabriela Freitas

CAPA: Ilustração / Erika Onodera

REVISÃO: Flávia Silva e Maria S. Valli

PRODUÇÃO GRÁFICA: Ivan Santana

CONSULTORIA: Christo, Manesco & Associados

PUBLICIDADE

GERENTE DE PUBLICIDADE: Karen Cardial

karencardial@editorasegmento.com.br

EXEC. DE NEGÓCIOS: Mário Nasser

publicidade2@municipiosdesaopaulo.com.br

MARKETING: Bruno Orsini

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

REPRESENTANTES COMERCIAIS:

Brasília

Singulare Publicidade

Magda Dias (61) 3344-5181

brasil@editorasegmento.com.br

Bahia

Aura Publicidade

Cesar Silveira (71) 3345-5600

csilveira@aurabahia.com.br

Paraná

Marisa Oliveira (41) 3027-8490

parana@editorasegmento.com.br

Rio de Janeiro

Heliane Antonello (21) 2226-5721

brasil@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento

Rua Ministro Sinézio Rocha, 150,

CEP 05030-000, São Paulo, SP

Tels.: (11) 3879-8200/8212

Fax: (11) 3879-8203

www.editorasegmento.com.br

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressem apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da publicação da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

ANER
www.aner.org.br

ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS

+Apresentação

O Sigma surgiu no final de 1990. Foi criado em meio a mudanças propostas pela Conferência de Jointem, na Tailândia, realizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Acompanhando o novo caminho da Educação, o Sistema baseia-se em quatro eixos: o ser, o conviver, o fazer e o aprender, trabalhados em atividades selecionadas que aliam o conhecimento a propostas desafiadoras e significativas. As ilustrações e os encaminhamentos sugeridos nos temas abordados objetivam a construção de um estudante investigador, ativo, criativo e responsável.

O Sigma foi criado com a consciência de ser escrito para todo o Brasil, portanto aborda diferentes aspectos regionais, culturais, raciais, religiosos e de gênero.

+Educação Infantil

A equipe que elaborou as atividades de Educação Infantil partiu de experiências em sala de aula e de teorias de educadores como Piaget, Vigotsky, Ferreiro, Wallon entre outros.

O Sigma tem o objetivo de oferecer o melhor ao aluno, bem como subsídios que facilitem o trabalho docente, contribuindo para a formação de crianças que tenham uma boa imagem própria, sintam prazer em ler e escrever e que desenvolvam uma boa oralidade.

O material é composto por atividades adequadas a cada faixa etária e por um *kit* com itens necessários à realização das mesmas, como lixa, folhas de recorte, jogos em papel-cartão e papéis coloridos.

O Maternal e o Jardim I são apresentados em folhas individuais com tamanho que facilitam o manuseio.



+Atendimento

(11) 3803.9221

Rua Gal. Souza Neto, 150 - Penha

Rua Dr. Cândido Espinheira, 560
4º andar - Perdizes

Fone/ fax: 6941.0599

suplegraf@suplegraf.com.br

www.suplegraf.com.br

Somando valores



+Material

O material didático foi elaborado por educadores comprometidos com as mudanças e tendências adotadas para a educação nacional, baseados em suas experiências cotidianas em escolas como professores, coordenadores ou formadores.

Os materiais possuem um projeto gráfico moderno, caracterizado especialmente pela leveza com que são integrados textos, ilustrações e espaços.



+Ensino Fundamental

São resultados desse segmento de ensino a elevação da auto-estima, o gosto pela investigação e a continuidade do desenvolvimento da escrita, leitura e oralidade. O material é dividido em quatro apostilas-caderno por série.

Alguns Diferenciais

Estudo de caso: educandos são colocados em situações do cotidiano para que, individualmente ou em grupo, proponham soluções;

Leitura Complementar: textos de aprofundamento associados aos temas transversais;

Matemática no cotidiano: aproxima o componente curricular ao dia-a-dia do estudante, permitindo um trabalho interdisciplinar.

História: tratada por temas, favorecendo a compreensão do processo histórico como um todo.

+Ensino Médio

Oferecemos:

- . Encontro pedagógico para implantação do material do município;
- . Capacitação para o corpo docente no município;
- . Atendimento pedagógico para professores, coordenadores e diretores no município;
- . Acompanhamento do desenvolvimento escolar do aluno;
- . Suporte pedagógico pelo sistema 0800.



Carlos Patrício

A arte de comunicar

Com 25 anos de trabalho na esfera pública, o jornalista Sérgio Kobayashi fala do certo e do errado no trabalho de comunicação dos governos

Fazer a comunicação do setor público há anos determina a rotina de trabalho do jornalista Sérgio Kobayashi. No seu currículo, ele reúne os cargos de presidente da Imprensa Oficial do Estado no governo Mario Covas/Geraldo Alckmin e diretor da mesma instituição na gestão de Franco Montoro; coordenador de campanhas eleitorais – as de Mario Covas a presidente da República (1989) e a governador do Estado de São Paulo (1994 e 1998); e, mais recentemente, a que elegeu José Serra prefeito de São Paulo em 2004. Também assessorou Covas durante a Assembleia Nacional Constituinte e na prefeitura da capital, além de ter ocupado, em 2005, o cargo de secretário de Comunicação da mesma prefeitura.

Com tantos casos na memória, Kobayashi recebeu a reportagem da *Municípios de São Paulo* para dar sua opinião sobre a estrutura de equipe de comunicação, entendimento da comunicação pelas secretarias municipais e as restrições do trabalho no setor público.

Na sua opinião, qual a importância de um departamento de comunicação dentro da estrutura municipal?

É fundamental. A Constituição determina que as ações da prefeitura devam ser comunicadas à população. É preciso ter um órgão que comunique à altura, e nada melhor que seja um preparado para isso. Não se pode chegar ao extremo de ter uma secretaria, como se fez na prefeitura de São Paulo. Não é preciso uma estrutura hierarquizada e burocratizada como de uma secretaria. Comunicação é uma

de ensino permanente, porém o burocrata acaba se esquecendo de certas obrigações que ele deve ter com a comunicação.

Até que ponto um bom ou mau trabalho de comunicação pode comprometer a imagem da administração?

Prefeitura é a mesma coisa que uma grande empresa ou corporação. A diferença é pertencer ao poder público ou privado. O foco é o mesmo: demonstrar o lado bom e com ênfase. Quando há um lado ruim, é preciso explicá-lo e

Não vejo uma forma de fazer um bom trabalho se as informações não chegarem a tempo ao titular da comunicação

atividade meio, de apoio para a administração.

Como o senhor analisa o entendimento do gestor municipal sobre comunicação? Ele tem real dimensão da importância da área?

Muito difícil, porque a tendência é que os gestores sejam técnicos. Existe certa incompreensão quanto à atividade de comunicação. O burocrata tende a fazer as coisas muito bem feitas mas as esconde, sem perceber que é importante divulgá-las. É preciso estar num processo

justificar. Uma boa campanha institucional se faz com uma grande pesquisa a respeito, e a adoção de linguagem que crie mais empatia com o cidadão. Trabalhamos com os mesmos requisitos de um produto comercial, com a diferença de que não queremos vender nada, somente atender a um princípio constitucional de divulgar as atividades da prefeitura.

Com sua experiência em assessoria de comunicação a governos, o que o senhor considera imprescindível na relação entre



**FUNDAÇÃO PARA O
REMÉDIO POPULAR**

A Furp é responsável pela produção de medicamentos destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Produz mais de 2 bilhões de unidades farmacêuticas por ano, entre estes todos os medicamentos do Programa Dose Certa.

Certificada pela Anvisa e ISO 9001



CONTATOS:

(11) 6423 - 6210

(11) 6423 - 6222

(11) 6423 - 6223

www.furp.sp.gov.br

COMPRAS PELA INTERNET:

pweb@furp.sp.gov.br



FUNDAÇÃO PARA O
REMÉDIO POPULAR

SECRETARIA
DA SAÚDE



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

R. Endres, 35 - Guarulhos - SP

gestão e comunicação?

Ou existe harmonia entre os integrantes da administração e compreensão do papel de cada um, ou nada acontece. É muito comum não haver harmonia entre determinados segmentos no poder público. Isso faz com que a comunicação deixe a desejar. Ninguém pode, na administração pública, excluir nenhuma informação do departamento de comunicação. Eu não vejo uma forma de fazer um bom trabalho numa prefeitura sem que as informações cheguem a tempo e com a velocidade ao titular da comunicação. Mas também tem o outro lado: o departamento de comunicação precisa informar as suas necessidades para os demais órgãos para obter retorno.

Em cidades com verbas restritas para a área de comunicação, o que o senhor recomenda como o mínimo necessário para a estruturação desse departamento?

Recomendo que coloquem comunicadores à frente da atividade de comunicação do município. Conheço uma cidade na qual o secretário de comunicação é médico. O prefeito que faz essa "traquinagem" não vai poder reclamar da sua comunicação. Recomendo também bons comunicadores. Assim como o RH de uma empresa privada faz uma análise profunda do currículo de um candidato para um cargo, o prefeito também tem de fazê-la com o seu comunicador.

Apesar de ser responsável por uma atividade meio, de suporte, o

comunicador é quem dará o tom para o dia-a-dia da prefeitura. Da sua ação de comunicar bem é que surgirá a empatia da população e, a partir daí, o feedback, mesmo que seja de críticas.

Algumas prefeituras podem ter dificuldades para encontrar profissionais de comunicação formados na própria cidade para ocupar o cargo de comunicador. Que saída o senhor sugere?

O comunicador não precisa ser um profissional formado. Mas há os profissionais de rádio e jornal locais das cidades médias. São pessoas que conhecem as ferramentas de comunicação que existem no município. Nas pequenas cidades, o próprio prefeito é o comunicador. Ele é uma figura pública, acessível, que está na rua. Nessa condição, ninguém melhor que o próprio para comunicar as suas ações.

Os profissionais do departamento de comunicação devem ser contratados via concurso ou por indicação?

Os comunicadores devem ser pessoas da mais alta confiança da administração. Defendo que os profissionais de comunicação devam ser nomeados para cargos em comissão. Os profissionais que têm o poder de formular e manipular as informações devem ocupar cargos de confiança, até mesmo para serem criminalizados a respeito de eventuais distorções que possam criar. Mas os cargos em comissão não devem se estender a toda a estrutura da comunicação; a maioria deve ser concursada.

FALA, PREFEITO

Prefeito João Sanzovo Neto, de Jaú:

A imprensa tem atuado de maneira ética diante dos fatos e acontecimentos políticos dos últimos tempos? O senhor acredita que o crescimento e a concorrência acirrada entre os próprios veículos de comunicação estão contribuindo para que a imprensa assuma mais os seus erros?

A grande imprensa de um modo geral se comporta eticamente. Se não o fizesse perderia credibilidade. Os grandes veículos podem até ter suas preferências, mas é preciso se manterem fiéis às informações. O que temos que reprimir é a má imprensa, aquela direcionada. Sobre a segunda pergunta, eu acho que sim. O aumento de veículos faz com que a credibilidade na comunicação seja maior. Não podemos viver sob a ditadura do jornal único.

Prefeito José Benedito Pereira Fernandes, de Santana de Parnaíba:

A comunicação na esfera pública é importante para o cidadão ou para a imagem dos governantes e das instituições?

É importante para o cidadão. A importância para o prefeito depende da boa comunicação. Deixa de ter importância o prefeito que faz uma má administração. O povo não é bobó. O gestor que faz uma boa comunicação para o seu cidadão está fazendo o que pressupostamente necessário. Será uma lástima para o prefeito que fizer uma má comunicação. Não que seja por má-fé às vezes, ele não tem um bom profissional ao lado. Fazendo uma boa comunicação, o prefeito acaba se beneficiando também. ■■

Colecione sonhos e sorrisos.

Está cada vez mais apetitoso ser solidário. Participando do Projeto Rota do Chef você alimenta a esperança e a vontade de viver de muitas crianças hospitalizadas. Além de saborear deliciosas receitas nos melhores restaurantes de São Paulo, você ainda leva para casa um prato estampado com desenhos feitos por elas. Parte do valor do prato indicado pelo chef será revertido para a Associação Viva e Deixe Viver. Participe. Esses pratos estão abrindo o apetite pela vida de muitas crianças. Para mais informações, acesse o site www.vivaedeixeviver.org.br



Realização:



Restaurantes
Parceiros:

HONKÊ





É na horta da "Turma da Marianinha" que alunos e professores aprendem brincando sobre a importância da alimentação

APRENDER A COMER BEM COM DIVERSÃO

Saiba como o projeto "Turma da Marianinha", da Coan Alimentação & Serviços, virou referência no trabalho de reeducação alimentar

É na fase escolar que o corpo passa pelas maiores transformações biológicas. O desenvolvimento físico e intelectual se acelera e a criança precisa de ajuda para crescer saudável. Especialistas em Nutrição são categóricos: nessa fase, a alimentação balanceada é fundamental para garantir o bom rendimento escolar e o interesse dos alunos pelos estudos.

Mas como um prato rico em vitaminas e proteínas, com feijão, arroz, carne, verduras e legumes irá competir com os salgadinhos e guloseimas das cantinas, carregados de gorduras e açúcar, que atijam o paladar das crianças? E como convencê-las de que a primeira

opção pode ser tão saborosa quanto a segunda? A Coan Alimentação & Serviços, fornecedora de refeições coletivas há 25 anos, encontrou a solução.

Além da deliciosa merenda, servida em mais de 2000 escolas em dez Estados, a empresa – sediada no município paulista de Tietê – estruturou um projeto de reeducação alimentar chamado "A Turma da Marianinha". Contar a história de uma menina que não gostava de comida saudável foi a forma encontrada pela Coan para se aproximar do universo infantil e explicar a importância da boa alimentação, dos riscos da má nutrição e da obesidade infantil. Tudo com



uma linguagem simples e divertida para atingir crianças de 6 a 12 anos. As apresentações da Turma da Marianinha já atingiram mais de 400 mil crianças.

A idéia inovadora é tão bem-sucedida que a Coan já recebeu prêmios,

como o título de Empresa Amiga da Criança, dado pela Fundação Abrinq, em 1999; e o Prêmio Top Social, oferecido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil.

O Núcleo de Educação Alimentar da Turma da Marianinha, que fica em São José dos Pinhais (PR), próximo a Curitiba, ocupa uma área de 10 mil metros. Ali foram montados horta, pomar, cozinha, e outros ambientes onde acontecem apresentações de teatro e recreações, como a produção de biscoitos pelos próprios alunos e colheita na horta. Há também a versão móvel do projeto, montada para apresentações em Escolas localizadas em outros estados. Para isso, um ônibus carrega toda a estrutura necessária para as atividades.

É por meio de teatro de mamulengos, brincadeiras na horta e na cozinha e revistas para colorir que alunos de escolas públicas e privadas aprendem a ter gosto pelo alimento. As atividades com as crianças são conduzidas por um grupo de atores. Enquanto a garotada se diverte, professores recebem orientação e informações de nutricionistas. Dessa forma, o processo de reeducação alimentar se completa: o aluno aprende a importância da boa alimentação e o professor – instruído também – irá reafirmar os conceitos para os pais. Daí a grandiosidade do projeto, que atinge alunos e pais, na intenção de que uma mudança também aconteça na casa da criança.



Preocupada com a qualidade de seus produtos e serviços, a Coan estuda a fundo o tema alimentação e se especializa diariamente no fornecimento não de merendas, mas de refeições.

Há mais de dez anos, a empresa oferece sua tecnologia no ramo alimentício a prefeituras em todo o país. No total, são mais de um milhão e meio de refeições distribuídas diariamente para hospitais, creches, escolas, restaurantes populares e outros órgãos públicos. Isso sem falar nos serviços de alimentação prestados a usinas de álcool e açúcar, e restaurantes instalados em empresas e indústrias da iniciativa privada. É por isso que a Coan é uma das maiores empresas de refeições coletivas do país.

Para garantir a qualidade de seus alimentos, além de açougue, hortas e agroindústria próprios, a Coan possui também uma Central de Compras e Logística, responsável pela produção, processamento e distribuição de estoques, perecíveis, descartáveis e materiais de limpeza para todas as suas bases de produção espalhadas pelo país.

Além de prestar serviços dentro de rigorosos padrões de qualidade, higiene e elevado teor nutricional, a Coan Alimentação & Serviços procura valorizar também a economia local dos municípios em que atua. Para tanto desenvolve parcerias com produtores e comerciantes locais para o fornecimento de insumos como pão, hortifrutis e produtos com industrialização local que estejam dentro dos padrões de qualidade exigidos pela empresa, garantindo uma alimentação saudável e nutritiva a todos.

Ao completar 25 anos de história, a Coan continua a investir no crescimento do país. Hoje somam um time de quase seis mil colaboradores que em todo o país se orgulham do que fazem. Uma empresa que investe na educação das crianças, orienta pais e professores, apóia o esporte, auxilia na administração pública e privada, e preocupa-se com a qualidade de vida de seus clientes e funcionários. É com dedicação e carinho que vem transformando as tradicionais merendas em refeições nutritivas, que aguçam o paladar do aluno, promovem a saúde e farão de nosso Brasil um país ainda melhor.



Acelera, Trecho Sul

Depois da longa espera por definições de audiências públicas e liberação de licenças, o Trecho Sul do Rodoanel aguarda início das obras

Por Maria Teresa Marques

O capítulo mais polêmico da novela do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas parece ter chegado ao fim. Realizada a última audiência pública, em janeiro, e liberada a licença ambiental provisória pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), a obra do Trecho Sul agora entra numa nova etapa, mesmo ainda sem previsão de início das obras.

Concebido em 1992 pelo então governador Mário Covas, o Rodoanel foi apresentado como solução para eliminar o tráfego de

TRECHO OESTE

Em funcionamento desde 2002

Extensão:
32 quilômetros

Custo da obra:
R\$ 1,28 bilhão
Recebe 201 mil veículos por dia, dos quais 43 mil são caminhões

Passa pelos municípios de:
São Paulo, Barueri, Osasco, Carapicuíba, Cotia e Embu

TRECHO SUL

Obras em curso

Extensão:
57 quilômetros previstos

Custo estimado da obra:
R\$ 2,6 bilhões

Passará pelos municípios de:
Embu, Taboão da Serra, São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André, Ribeirão Pires e Mauá

A OBRA COMPLETA - Dividido em quatro trechos - Oeste (entregue em outubro de 2002), Sul, Leste e Norte -, o traçado do Rodoanel foi riscado num raio de 10 a 40 km de distância do centro da capital. Confira no quadro abaixo o atual estágio das obras de cada trecho.



Arte: Érika Onodera
Fonte: Secretaria de Estado dos Transportes

passagem e deixar a cidade livre para os transportes coletivo e individual. O foco sempre foi a melhora na qualidade de vida em São Paulo. Por isso, além de diluir o tráfego, a obra, segundo previsão do Governo, também será responsável pela redução

de 6% a 8% de emissão de poluentes na Região Metropolitana, que hoje tem uma frota de seis milhões de carros.

Foi um longo caminho até chegar ao estágio atual de trabalhos no Trecho Sul – que será o segundo em funcionamento; o primeiro

foi o Trecho Oeste (*confira no mapa*). Ao todo, 13 audiências públicas foram feitas para discutir questões ambientais. A função do trecho é, antes de tudo, segundo o governo estadual, fazer a ligação com o Porto de Santos, importante pólo de importação/exportação da região e do país.

Mas não foi só o Trecho Sul que ficou em foco. O traçado Oeste, funcionando desde 2002, ainda tem pendências que ambientalistas, associações de moradores e ONGs querem ver resolvidas. Esse trecho foi o primeiro a ser executado porque é o que liga mais rodovias: Castello Branco, Bandeirantes, Anhangüera, Raposo Tavares e Régis Bittencourt. Diariamente, ele é acessado por 201 mil veículos, sendo 78% carros, 21% caminhões e 1% ônibus.

Para os trechos restantes – Norte e Leste –, há ainda muito a ser discutido. Nem mesmo os traçados estão definidos, segundo o secretário-adjunto de Estado dos Transportes, Paulo Tromboni. Não há sequer decisão tomada sobre qual será construído primeiro.

MANANCIAIS

A principal preocupação das manifestações de oposição ao traçado do

Trecho Sul (que tem intersecção com as rodovias Régis Bittencourt, Imigrantes e Anchieta) envolve a travessia sobre a área de mananciais e as represas Billings e Guarapiranga. Uma das vozes mais representativas dessas manifestações é a do presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam), o ambientalista Carlos Bocuhy.

Para ele, o traçado é uma ameaça à qualidade da água que abastece a Região Metropolitana. Ele diz que o crescimento anual na ocupação dos mananciais, sem novas induções, chega a 6%. Seria mais adequado que se estudasse um traçado mais próximo à mancha urbana, e mais distante dos mananciais.

Executar um desenho como esse, entretanto, significaria retirar pelo menos 200 mil pessoas de suas casas, segundo Paulo Tromboni. O que, a seu ver, inviabiliza a idéia pelo alto custo financeiro e social. E mais: "O Rodoanel teria de passar pelo pátio do Metrô, Linha Amarela, até a Vila Sônia, cruzando todas as avenidas que vão para as regiões oeste e sul de São Paulo. Seria preciso remover 11 quadras do município de São Bernardo do Campo", explica.



INDUTOR DE OCUPAÇÃO

Para o secretário-adjunto de Estado dos Transportes, o risco de indução à ocupação nos mananciais é descartado. E cita várias razões. Uma delas diz respeito ao cruzamento do Rodoanel com a represa de Guarapiranga: "Escolhemos a interligação no ponto mais estreito da represa para não afetar o Parque do Embu-

Embu-Mirim, no bairro Jardim Ângela, área com as formas mais irregulares de ocupação. A preservação dessas várzeas, definida pelo Rodoanel, vai diminuir em 25% a carga de fósforo depositada na água, nos próximos 20 anos. "O fósforo inibe o crescimento das plantas na represa e as plantas são meio de purificação da água", explica.

Tromboni, da Secretaria dos Transportes: "não haverá impacto ambiental"



Em 1992, Rodoanel foi apresentado como solução para eliminar tráfego pesado e deixar a cidade livre

Guaçu. Esse ponto, além de tudo, fica a 13 quilômetros da estação de captação da Sabesp, o que garante a não-interferência com esse equipamento", afirma.

Outro motivo da conservação da qualidade da água com o Rodoanel envolve a várzea do rio

Um item que os empreendedores consideram importante citar nesse tema é descrito pelo gerente de Meio Ambiente do Desenvolvimento Rodoviário SA (Dersa), José Fernando Bruno. Ele lembra a decisão técnica de traçar o Rodoanel por 38 quilômetros na

área de mananciais sem nenhum acesso até a conexão com a Imigrantes. "Serão preservados 300 metros de cada lado do Rodoanel para impedir a ocupação", diz.

POUCOS ACESSOS

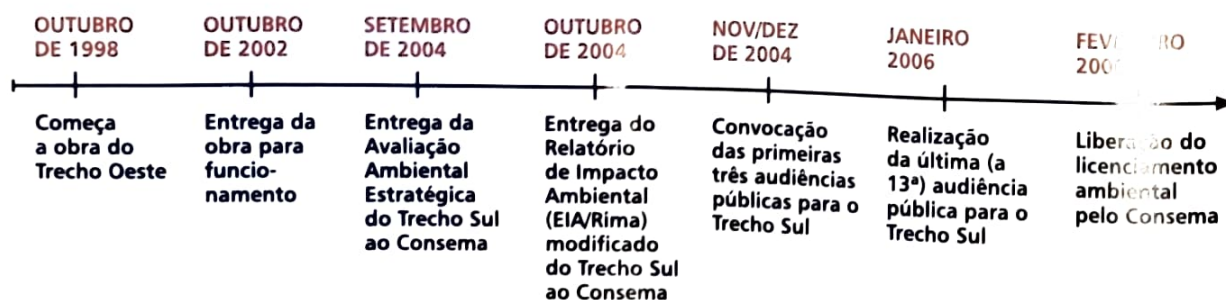
O Rodoanel Mário Covas foi definido como categoria 0, isto é, uma rodovia "fechada", com poucos acessos para evitar ocupação indevida em seu entorno, especulação imobiliária e descontrole de preservação. Carlos Bocuhy concorda

com a classificação, mas teme que o Trecho Sul seja alvo de adição de acessos como ele diz que ocorreu com o Trecho Oeste.

O secretário-adjunto de Estado dos Transportes rebate: "Sempre foram sete intersecções, todas legais." Tromboni explica que a Dersa combate cotidianamente acessos clandestinos, refazendo *guard-rails* (muros de proteção) danificados. Além disso, ressalta, todo o Rodoanel é murado.

LINHA DO TEMPO DO RODOANEL

Concebido em 1992, o projeto do Rodoanel só saiu do papel seis anos depois, com o início das obras do Trecho Oeste. Confira os outros fatos que marcaram a história do empreendimento:



Novos acessos legais exigem relatório de impacto ambiental prévio. Mas, de qualquer forma, “a Dersa não vai autorizar”.

RETA FINAL

As manifestações de oposição ao Rodoanel também se dizem preocupadas com pendências deixadas no Trecho Oeste, temendo que elas possam vir a se repetir no Sul. São itens como: estudo e controle da emissão de ruídos, incluindo a criação de barreiras; reforço da sinalização; instalação de radares e sonorizadores

equipamentos para o Parque do Jaraguá.

Tromboni esclarece que a execução desses itens é fruto de acordo entre o Ministério Público, o governo estadual e a Dersa, e que, de qualquer forma, são questões de caráter simples. “O mais complicado são as barreiras contra ruídos, para as quais não existe norma técnica brasileira. Por isso, já encomendamos estudo específico para o IPT [Instituto de Pesquisas Tecnológicas].”

O secretário faz questão de salientar que a obra do Rodoanel não terá

impacto ambiental negativo. O cuidado com o meio ambiente se reflete nos valores da obra do Trecho Oeste: do total de R\$ 1,28 bilhão investidos, R\$ 280 milhões foram gastos com o orçamento ambiental, o equivalente a 22%. “Não existe notícia de um orçamento ambiental dessa

grandeza”, reforça o secretário.

Depois um ano de intervenções, o Rodoanel retoma, em 2006, o objetivo de interligar as 10 rodovias que chegam

POLÊMICA NO TRECHO SUL

Conheça cinco reivindicações feitas pelos ambientalistas e as justificativas do governo do Estado para elas:

MANANCIAIS

Crítica: O Rodoanel vai induzir maior ocupação urbana da área de mananciais.

Explicação: A obra terá 38 quilômetros sem nenhum acesso sobre as áreas das represas de Guarapiranga e Billings. Além disso, a intersecção com a primeira foi feita no ponto mais estreito do trecho, e a distância em relação às estações de captação da Sabesp é maior, garantindo a não-interferência.

QUALIDADE DA ÁGUA

Crítica: O Rodoanel vai piorar a qualidade da água que abastece a Região Metropolitana.

Explicação: A obra vai preservar áreas que hoje estão irregularmente ocupadas; haverá redução de 25% no descarregamento de fósforo na Represa Guarapiranga nos próximos 20 anos; serão impermeabilizados 200 hectares, e preservados 4,5 mil, além da várzea do rio Embu-Mirim.

PARQUE DO PEDROSO EM SANTO ANDRÉ

Crítica: O trecho agride área verde e induz ocupação.

Explicação: O parque vai

ganhar plano de manejo com recursos de R\$ 3 milhões. O Rodoanel passa por 13 hectares do parque, mas serão adicionados mais 93 à área.

ACESSOS

Crítica: No trecho Oeste foram executadas mais alças do que o previsto originalmente. Teme-se que o mesmo aconteça no traçado Sul.

Explicação: Não houve adição. Desde o início, o Trecho Oeste previa sete alças, o que foi executado.

ÚLTIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Crítica: O prazo de convocação de audiência com apenas sete dias de antecedência fere resolução do Consema, que exige 20 dias úteis.

Explicação: A última audiência pública, realizada em 26 de janeiro deste ano, não era uma nova, mas sim resultado de uma decisão da Justiça do Distrito Federal, que cassou a liminar que suspendia a sessão (ação resultante de pedido do Ministério Público Federal). Assim, o prazo regimental já havia sido cumprido, desde a primeira convocação em dezembro de 2005.



Clodoaldo, do Proam: “traçado definido é uma ameaça à qualidade da água que abastece a RMSP”

para controle da velocidade; execução de projeto de paisagismo; ordenação do estudo dos índios do Jaraguá; recuperação da Lagoa Recreio de Cotia; e aquisição de veículos e

à capital. E receberá apoio das prefeituras das cidades por onde o traçado passará: “Essa obra não é só importante para São Paulo, mas para o país. O Rodoanel vai baraterar os custos de transporte locais. Não é possível demorar mais de duas horas para chegar a um destino”,

exalta Willian Dib, prefeito de São Bernardo do Campo. “Estamos de acordo com a obra e cobramos agilidade em sua execução”, diz o prefeito, que é presidente do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, entidade que representa sete prefeituras. ■■

Estica e puxa

Pequenas cidades paulistas se preparam para aplacar a sobrecarga no orçamento provocada pelo reajuste do salário mínimo

Por Leonardo Fuhrmann

O valor do salário mínimo foi um dos temas centrais da última campanha eleitoral presidencial e é sempre um assunto que mobiliza as principais centrais sindicais e a oposição em torno do maior reajuste possível. No próximo mês, o salário mínimo deve passar dos atuais R\$ 300 para R\$ 350, um reajuste de pouco mais de 16%.

No debate, o que reduz o reajuste salarial é o custo disso para a Previdência Social. Mas não é só no Ministério e entre os

milhões de assalariados, aposentados e pensionistas que sobrevivem com salário mínimo que o novo valor preocupa. Milhares de prefeitos pelo país também ficam ansiosos para saber como vão equilibrar o orçamento de seus municípios.

O próprio ministro do Trabalho, Luiz Marinho, admitiu, em entrevista à Rádio Nacional, que muitos terão dificuldades para pagar o

no Congresso Nacional, para reduzir o impacto do reajuste: a aprovação do valor atual e a reforma tributária.

Além de obrigar todos os administradores públicos a gastarem conforme a previsão de arrecadação, a Lei de

condenado por improbidade administrativa e ficar impedido de concorrer em futuras eleições e de contratar com o poder público.

ÔNUS PARA PEQUENAS

O impacto do reajuste é maior nas cidades pequenas e mais pobres, onde há mais funcionários que recebem salário mínimo. Na administração estadual paulista, por exemplo, não há qualquer impacto, pois nenhum trabalhador tem a sua remuneração nessa faixa salarial, segundo a Secretaria de Planejamento.

Responsabilidade Fiscal (LRF), sancionada em 2000, criou um teto para os gastos com pessoal. Nos estados e municípios, o valor não pode ser superior a 60% do orçamento. O administrador público que descumpra a lei pode ser

novo salário mínimo para seus funcionários. Ele sugeriu aos prefeitos que trabalhem em duas frentes



Dentro do Estado de São Paulo, o mais rico da União, há uma grande diferença do impacto do reajuste conforme o tamanho da cidade, sua situação econômica e administrativa. Cananéia, por exemplo, não tem funcionários

para os comissionados, que terão de ser demitidos", afirma Bueno.

Em Barra

que ganham salário mínimo e, portanto, o reajuste não trará qualquer tremor nas contas municipais.

Menor mas com indicadores sociais melhores, Monteiro Lobato terá sérios problemas em suas contas por causa do reajuste salarial. Na cidade, que tem cerca de 4 mil habitantes, há 170 servidores municipais, dos quais quase metade ganha salário mínimo. O prefeito João Bueno terá de demitir os cerca de 15 funcionários em cargo de confiança para garantir o cumprimento da LRF. "Estamos bem perto do limite, com 54% dos gastos com pessoal, e vai sobrar

do Turvo, o aumento do mínimo também trará turbulência já que cerca de metade dos 220 servidores municipais recebe salário mínimo. O município, com cerca de 9 mil habitantes, está entre os menos favorecidos, tanto em riqueza como nos indicadores sociais, segundo dados da Fundação Seade. Mas, segundo Irineu Aparecido Santos, chefe de gabinete do prefeito Luiz Aparecido Padilha Fernandes, não há motivos para preocupação. Como o gasto com a folha de pagamento é de cerca de 38%, não existe o risco de que a cidade não cumpra a LRF. E, como há muitos aposentados e pensionistas na cidade, a prefeitura espera que a maior movimentação

de dinheiro na economia local e o aumento na arrecadação compensem os gastos com salário.

"IMPORTÂNCIA ABSURDA"

Um levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística

tributária. E, considerados os 40 milhões de trabalhadores que recebem até um salário mínimo, estima-se o aumento de R\$ 15 bilhões na massa de rendimentos ainda neste ano e o aumento de R\$ 3,7 bilhões em arrecadação. A reforma tributária, citada por Marinho, pode aumentar o percentual desse dinheiro que fica para a administração municipal.

Efeito não é tão devastador nas cidades paulistas, mas nas do Norte e Nordeste do país

e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) é mais otimista quanto aos impactos do reajuste na economia. Segundo o estudo, considerando os 24 milhões de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social que recebem exatamente um salário mínimo, estima-se a ampliação em R\$ 11 bilhões da massa de rendimentos em 2006, e o aumento de R\$ 2,6 bilhões de arrecadação

Para o professor de Administração Pública da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) de Araraquara, Álvaro Guedes, a discussão sobre o salário mínimo tem uma importância absurda no Brasil. "O nosso problema não está na fixação de um salário mínimo, mas na falta de políticas de combate à desigualdade social", acredita.

Fotos: divulgação

Para o professor, o reajuste do salário mínimo atinge apenas o efeito, mas não as causas da concentração de renda. "Da maneira como é tratado, o aumento é apenas uma imposição de despesa, que pode causar problemas para pequenas empresas e para a administração de pequenas cidades, especialmente em regiões pobres. Muitos desses municípios já são dependentes dos repasses da União", argumenta. Ele explica que, por isso, o efeito não é tão devastador nas cidades paulistas,

mais de 170 mil habitantes, já garantiu a todo o funcionalismo um reajuste salarial de pelo menos 10% neste ano. "Fomos os únicos da região do Alto Tietê a conseguir isso", afirma. Ele explica que com a reforma administrativa foi criado um plano de carreira para os servidores, que têm o desempenho avaliado a cada três anos e um reajuste bônus a cada cinco anos de trabalho na prefeitura.

Atualmente, nenhum funcionário da cidade recebe salário mínimo, pois o piso da administração municipal

O prefeito de Ribeirão Bonito, Rubens Gayoso Júnior, também não vê motivo para preocupação. Antes mesmo do anúncio do reajuste, ele deu um aumento de 11% para todos os servidores da cidade de pouco menos de 12 mil habitantes. Com isso, o menor salário entre os 340 funcionários da prefeitura é de R\$ 400. Gayoso estuda dar um aumento complementar para todos os funcionários, para que os reajustes salariais na cidade passem a acompanhar a política do salário mínimo. "Aqui o reajuste é muito bom, mas tenho visto que pelo menos 2 mil cidades pelo país vão ficar com suas contas em situação crítica", destaca.

A situação de Ribeirão Bonito é diferente da enfrentada por outras cidades também em razão da ajuda da sociedade civil. A Amigos Associados de Ribeirão Bonito



Bueno, de Monteiro Lobato: prefeitura terá de demitir servidores

(Amarribo) foi criada, em 1999, para com a comunidade, a administração pública, lideranças políticas e a iniciativa privada acompanhar a gestão dos bens públicos. "A Amarribo tem sido uma aliada importante na discussão dos nossos problemas e na busca de soluções", afirma o prefeito.

Para Lizete Verillo, uma das diretoras da Amarribo, o equilíbrio das contas dos municípios passa pela fiscalização dos gastos. "Um estudo feito pela Trevisan [pertencente a um dos fundadores da ONG] mostra que os repasses da União e dos estados são suficientes para a manutenção dos municípios", afirma. Segundo a diretora, o problema administrativo municipal tem sua origem a partir dos gastos malfeitos e com questões que não são prioritárias para os habitantes da cidade. ❧

Impacto é maior nas cidades pequenas, onde há mais funcionários que recebem mínimo

causando grandes problemas principalmente no Norte e no Nordeste do país.

O CAMINHO

O prefeito Jorge Abissamra, de Ferraz de Vasconcelos, dá a receita para as cidades pobres não terem mais problemas com os reajustes salariais: uma reforma administrativa. Para isso, ele contou com o apoio da Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal).

A cidade, com pouco

é de R\$ 470. Abissamra diz ainda que, mesmo após o reajuste, a folha de pagamento representará menos de 30% do orçamento da cidade.



Abissamra, de Ferraz de Vasconcelos: reforma administrativa regularizou contas

Bancos privados Bancos públicos

O fim da novela

Decisão do Supremo libera contratos entre bancos privados e municípios para gerenciar contas de funcionários

Antonio Sérgio Baptista*

Após intermináveis discussões doutrinárias e jurisprudenciais, chegou ao fim, ao que tudo indica, a disputa entre bancos públicos e particulares para gerenciar as contas públicas.

Chegou ao fim porque o Supremo Tribunal Federal, em recente decisão, entendeu que: “Não caracteriza desacato ao parágrafo 3º do artigo 164 da CF/88, ao impor que as disponibilidades de caixa dos municípios serão depositadas em instituições financeiras oficiais, o depósito líquido da folha de pagamento em Banco particular, sem custo para o município, eis que tal crédito fica disponibilizado aos servidores, não ao município”, (RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nr. 444056 – Minas Gerais – Relator Ministro Carlos Velloso).

E, mais adiante, o ilustre

relator, em seu voto, afirma: “O Supremo Tribunal Federal tem decidido, reiteradamente, que as disponibilidades de caixa dos Estados-membros serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvadas as hipóteses previstas em lei ordinária de feição nacional”, (CF, art. 164, § 3º).

Aqui, entretanto, o caso é outro: trata-se de depósito líquido da folha de pagamento em Banco particular, sem custo para o município, eis que tal crédito fica disponibilizado aos servidores, não ao município.

Deste modo, os pagamentos realizados aos servidores municipais não são disponibilidades de caixa, pois tais recursos, uma vez postos à disposição dos servidores, têm caráter de despesa liquidada, pagamento feito, não estando disponíveis ao município, pessoa jurídica de direito

público interno, mas estão disponíveis aos servidores, credores particulares.”

Nesta mesma trilha, há cinco anos escrevi: “Aliás, o significado e o alcance da norma constitucional indicam que a expressão “disponibilidades de caixa”, grafada no texto, tem o sentido de reservas, até porque, e não é por outra razão que o parágrafo 3º do artigo 164 determina para a União que “as disponibilidades de caixa serão depositadas no Banco Central” que, nos termos do disposto no inciso do artigo 10, VII, da Lei 4.595/64, é o guardião das reservas oficiais. E, nesta linha de raciocínio, temos que as reservas, os recursos financeiros não comprometidos dos demais entes federativos, Estados, Distrito Federal e municípios, administração direta e indireta, devem ser depositados em bancos oficiais.”

Ora, se os depósitos para honrar a folha de pagamento não estão abrangidos pelo conceito constitucional de disponibilidades de caixa, porque, segundo decidiu o Supremo, têm caráter de despesa liquidada, pagamento feito, o mesmo se diga em relação aos pagamentos devidos aos fornecedores da administração e, assim sendo, entendendo que, apesar dos três votos divergentes, a decisão da Corte Constitucional libera as administrações públicas para, mediante regular processo de licitação, contratar, para gerenciar seus pagamentos de qualquer espécie, instituição financeira, pública ou particular que oferecer a proposta mais vantajosa. ■■

Antonio Sérgio Baptista é advogado e presidente do Conselho Técnico-Multidisciplinar da APM

O STF e a Lei de Improbidade

Circulou recentemente na imprensa a notícia de que o STF cancelará mais de 10 mil ações e inquéritos abertos contra gestores públicos pela prática de ato de improbidade administrativa.

A notícia pautou-se nos votos proferidos no julgamento da Reclamação 2.138, em trâmite perante o STF, proposta pela União em face de decisão que condenou um ex-ministro nas penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), tomada pela Justiça Federal de Brasília.

A Lei de Improbidade, tal como elaborada originalmente, aplica-se a qualquer agente público, que são todos os sujeitos que servem ao poder público, ainda quando o façam apenas ocasional ou episodicamente.

No entanto, na aludida reclamação, a União sustenta que a Lei de Improbidade não pode ser aplicada contra determinados agentes públicos, definidos como agentes políticos, que são o presidente da República, os governadores, prefeitos e respectivos vices, os ministros e secretários das diversas pastas, bem como os senadores, deputados federais e estaduais e os vereadores, aos quais são conferidas prerrogativas necessárias ao pleno exercício de suas altas e complexas funções governamentais e decisórias, que justificam a submissão de tais agentes a critérios distintos de responsabilidade.

Além disso, em que pese sua natureza civil, a Lei de Improbidade enseja consequências graves e severas, tais como: a perda da função

pública, a suspensão dos direitos políticos dos agentes públicos em geral e a proibição de contratar com o poder público, o que demonstra que não se trata de uma ação qualquer, mas de uma “ação civil” de forte conteúdo penal, com incontestáveis aspectos políticos.

Analisando-se tais questões, formou-se o entendimento de que a responsabilidade dos

**A
responsabilidade
dos agentes
políticos,
ainda que por
indigitado
ato de
improbidade,
deve ser
averiguada
por meio
do Inquérito
Policial**

agentes políticos, ainda que por indigitado ato de improbidade, deve ser averiguada, sempre e tão somente, por meio do Inquérito Policial instaurado em virtude do crime de responsabilidade.

Daí decorre a afirmação de que “fatos tidos como de improbidade administrativa não podem ser imputados a agentes políticos, a não ser por meio da propositura da competente ação penal por crime de responsabilidade”.

Ao que parece, a mencionada Reclamação 2.138 será provida por maioria absoluta de votos, pois o entendimento sobre a inaplicabilidade da Lei nº

8.429/92 a agentes políticos, tais como prefeitos e vereadores, passou a preponderar no Supremo Tribunal Federal, desde 13 de janeiro de 2006, quando outros mais votos foram proferidos no mesmíssimo sentido.

A decisão a ser proferida na comentada Reclamação 2.138 não trará reflexos automáticos sobre todos os processos que tenham por objeto a situação ora descrita, mas significará um precedente importante, a ser invocado por todos os advogados na defesa de seus clientes. ❖



Isabela Giglio
é advogada
especializada
em Direito
Administrativo

Demissão de empregados públicos admitidos sem concurso e seus direitos, vereador ocupante de cargo em comissão na prefeitura, concurso para apresentação de trabalhos no âmbito interno da administração – temas das dúvidas dos gestores municipais publicadas nesta edição do **APM Responde**. Para ter a sua dúvida sobre administração pública solucionada neste espaço, envie mensagem para o e-mail juridico@apaulista.org.br ou então ligue (11) 2165-9954.

Ilustrações: Enka Onodera



Empregados públicos admitidos sem concurso por prazo determinado e que permanecem na administração após o decurso do prazo fixado podem ser demitidos? Quais direitos lhes são assegurados?

A admissão de empregado público, mediante contrato temporário, sem prévio concurso, ao menos através de processo seletivo simplificado, é nula de pleno direito, por ofensa aos princípios constitucionais grafados no inciso II e parágrafo 2º do artigo 37 da Constituição Federal e, portanto, a demissão pode ser formalizada imediatamente, assegurando-se ao empregado público, nos termos do que consolidou a Súmula 363 do Tribunal Superior do Trabalho, apenas e tão somente "o direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor do salário/hora mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS".

Vereador pode ocupar cargo em comissão na prefeitura?

Não. A ofensa ao princípio da moralidade seria inequívoca. A missão do vereador, como membro do Poder Legislativo e de controle externo – fiscalização – dos atos do Poder Executivo. Tal encargo constitucional não se coaduna com o exercício de cargos em comissão que, a toda evidência, são dotados de forte carga de confiança. A incompatibilidade salta aos olhos.

Servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão pode ser designado como membro de comissão de sindicância?

Sindicância é o procedimento investigativo pelo qual se busca apurar a verdade material, ao cabo do qual haverá uma conclusão.

Ora, é inquestionável que os membros da comissão devem, ao longo do período de investigação, formar convicção a respeito dos fatos postos e suas conseqüências e, por esta razão, seria rematado absurdo admitir-se, como membro permanente de comissão de sindicância, servidor cujo vínculo com a administração é sempre precário, já que demissível a qualquer tempo.

Concurso para apresentação de trabalhos no âmbito interno da administração está sujeito às regras da lei de licitações?

O concurso a que alude o parágrafo 4º do artigo 22 da Lei nº 8.666/93 é uma das modalidades de licitação que, nos termos da definição grafada no artigo 3º da mesma lei, é um procedimento que tem como pressupostos fundamentais e concomitantes: (i) a garantia de observância do princípio constitucional da isonomia e (ii) a seleção de proposta mais vantajosa para Administração; ora, no caso, ainda que fosse possível falar-se em isonomia entre os participantes, que pode ser atingida através da divulgação interna das regras do certame entre os interessados, não há que se falar, definitivamente, em "proposta mais vantajosa para a administração".



As respostas às perguntas formuladas por órgãos municipais são de responsabilidade das equipes técnicas da Associação Paulista de Municípios e da ASB – Advogados Associados, sob coordenação do Dr. Antonio Sérgio Baptista, advogado, especialista em Direito Público.

Com o **NAME**, você melhora
a qualidade de ensino.
Com a Tele-Sala, oferece
graduação e pós-graduação.
E com os dois, sua cidade vira
modelo de Educação.

Educação de Qualidade para todos.



Desenvolvido pela Editora COC, o NAME – Núcleo de Apoio à Municipalização de Ensino – é um projeto inovador voltado exclusivamente à educação municipal. Por intermédio dele, escolas públicas têm acesso à estrutura e ao conteúdo pedagógico de uma das maiores instituições de ensino do país, o COC. Com materiais de apoio para alunos e treinamento para corpo docente, a educação da sua cidade só tem a ganhar com o **Projeto NAME**.

- Material didático de qualidade mudando o conceito de educação pública.
- Acompanhamento do corpo docente com programas e oficinas de treinamento.
- Livros ricamente ilustrados e coloridos em conformidade com Parâmetros Curriculares Nacionais.
- Leituras complementares que abrem espaço a abordagens transversais.
- Caderno Digital de Apoio (CDA) aos professores, com conteúdo selecionado.



NAME com Tele-Sala.

Mais um benefício para sua cidade a partir de 2006.

Outra forma de valorizar a educação do seu município é adotar, além do Projeto NAME, as tele-salas do COC. Entre as vantagens estão cursos de graduação, pós-graduação e preparatórios (OAB, pré-vestibular, etc.)



Editora COC – Empreendimentos Culturais S/C Ltda.
Rua General Celso de Mello Rezende, 301 – Tel.: (16) 3603-9700
CEP 14095-270 – Lagoinha – Ribeirão Preto-SP – www.netname.com.br

NAME

**Núcleo de Apoio
à Municipalização do Ensino**

Enfim, 50 anos

Rodeada por todos os líderes regionais, APM comemora marco histórico da luta municipalista

Agora é a hora. Passados tantos meses de espera, a diretoria convida todos os líderes, gestores e personagens da causa municipalista para comemorar o cinquentenário do Congresso Estadual de Municípios, evento que pautou e ajudou gestores paulistas a alavancar o desenvolvimento de várias cidades do Estado.

Para esta edição de

comemoração, a Associação Paulista dos Municípios se empenhou para montar uma programação recheada de convidados especiais para o encontro, que terá o tema Comemorando o Passado, Projetando o Futuro. Grandes formadores de opinião farão participações ao final de cada período de trabalhos, de manhã e à tarde. Já foi confirmada a presença do articulista Arnaldo Jabor, do jornalista Joelmir Beting,

do professor Pasquale Cipro Neto e do apresentador Heródoto Barbeiro.

Além do cinquentenário, o ano é importante para a política nacional por causa das eleições que se aproximam. E o Congresso será um marco neste momento efervescente pois, ao reunir as principais lideranças políticas, o evento também dará o pontapé inicial na disputa eleitoral.

O encontro deste ano

acontecerá na cidade de Guarujá, entre os dias 20 e 25 de março, no Casa Grande Hotel. No total serão quatro mil metros quadrados de área disponível para abrigar o congresso, que – além das palestras com especialistas e técnicos em políticas públicas – também terá feira de exposição com empresas privadas fornecedoras de produtos, serviços e tecnologias para os municípios. ■■

Divulgação / Pref. de Guarujá

Prefeitura de Guarujá mobilizará 800 colaboradores para a infraestrutura do 50° Congresso

Um congresso diferente

Celso Giglio*

Será o melhor. É essa a expectativa a respeito do 50º Congresso Estadual de Municípios, que será realizado entre os dias 20 e 25 de março, no Hotel Casagrande, no Guarujá.

Será a coroação de 50 anos de história, de empenho, lutas e conquistas municipalistas. Neste período, o Brasil passou por um período democrático até 1964, viveu as agruras do autoritarismo, assistiu a um exitoso processo de democratização, viveu trepidantes planos econômicos e, agora, procura entrar no rol das nações com democracia consolidada.

A Associação Paulista dos Municípios, que tem nos seus Congressos sua face mais visível e gregária, participou ativamente de todos esses momentos históricos – e, no seu jubileu de ouro, entende que há motivos para comemorar, sem deixar de lado a continuidade de seu trabalho.

Nosso 50º Congresso será especial porque terá um temário voltado para os interesses dos municípios, que se confundem com os interesses da sociedade brasileira. Hoje, o nível local é o maior responsável pelos serviços realizados nas áreas de educação e saúde, nas quais podemos exibir avanços significativos de dez anos para cá. Serviço municipal passou a significar serviço de qualidade.

Será especial, também, pela qualidade dos palestrantes. Além dos especialistas ligados às políticas públicas e autoridades de alto escalão, teremos, neste ano, a presença de personalidades

que darão um brilho especial ao evento.

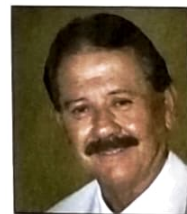
No Guarujá, os participantes do Congresso poderão ouvir e fazer perguntas a Arnaldo Jabor (jornalista e cineasta), Heródoto Barbeiro (jornalista e historiador), Dr. David Uip (médico), Beatriz Segall (atriz) e Joelmir Beting (jornalista de economia). Além disso, teremos provavelmente palestrantes internacionais.

Dessa forma, acredito que ao retornar às suas cidades nossos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e todos aqueles que trabalham na administração municipal estarão muito bem informados sobre os diversos aspectos que afetam a vida dos municípios e também sintonizados com o pensamento daqueles que têm como missão analisar, nos meios de comunicação de massa, o que acontece no Brasil e no mundo.

O evento se reveste também de um caráter mobilizador. É mais do que hora de os municípios e seus administradores terem o reconhecimento que merecem. E esse reconhecimento – das outras instâncias administrativas e da própria sociedade – só virá se estivermos unidos e articulados para defender nossa causa.

Reserve um espaço na sua agenda e venha para o 50º Congresso Estadual de Municípios. Será uma ótima oportunidade para, em uma semana de trabalho, entrar em contato com o que há de mais moderno em termos de administração pública. E ainda, de quebra, ouvir alguns dos mais badalados palestrantes deste país. ■■

"Nosso 50º Congresso será especial porque terá um temário voltado para os interesses dos municípios, que se confundem com os interesses da sociedade brasileira"



Celso Giglio,
Presidente da
Associação Paulista
dos Municípios

Motivos a mais para festejar

Prefeitura de Guarujá, cidade-sede do 50º Congresso, estima faturamento de R\$ 2 milhões só com hospedagem de visitantes

Ser sede do Congresso Estadual de Municípios é sempre um motivo de comemoração para as cidades escolhidas. O evento gera uma movimentação para os municípios que fortalece o comércio e o turismo. A cidade-sede deste ano – Guarujá – tem alguns motivos a mais para festejar: receberá os convidados do congresso de número 50. “O jubileu de ouro será marcado como um dos maiores já realizados”, analisa o prefeito Farid Said Madi.

Além do entusiasmo por receber um evento cinquentenário, ele lembra que o congresso acontecerá num momento importante para a política nacional, bem próximo à data de desincompatibilização dos candidatos para efeito da campanha eleitoral de 2006.

Em entrevista à *Municípios de São Paulo*, Farid

Said Madi conta mais detalhes de como Guarujá planeja receber as lideranças municipalistas.

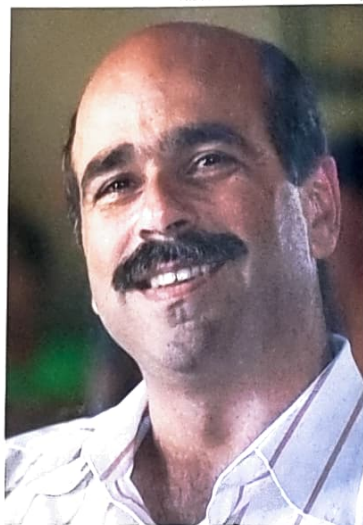
Como Guarujá está se preparando para receber o congresso?

Será um evento marcante já que nosso município se transformará na capital do Estado pelo elevado número de lideranças. Nossa preparação envolve a articulação com os hotéis, e fornecimento de equipes de apoio para garantir a infraestrutura. Além disso, a prefeitura implantou um sistema de monitoramento por câmeras, no fim do ano passado, que reduziu drasticamente o número de ocorrências. Vamos oferecer maior tranquilidade aos congressistas.

Que resultados um evento desse porte pode trazer para a cidade?

Centenas de líderes políticos estarão aqui num momento significativo

Alexander Ferraz / Pref. de Guarujá



Madi, do Guarujá: “os debates poderão se transformar em proposta para se aplicar em todo o país”

para a política nacional: próximo à data de desincompatibilização dos candidatos para efeito das eleições. Além disso, tudo o que for discutido poderá se transformar em proposta e ser aplicada em

todo o país. Também há uma grande expectativa por parte dos comerciantes da região.

Quantas pessoas serão mobilizadas para atuar no congresso?

Diretamente, 800 colaboradores. A cidade se mobilizará como um todo: os setores de comércio e serviços estarão prontos para colaborar e prestar o melhor atendimento aos visitantes.

Estima-se que a renda gerada pelo evento será de quanto?

Só de hospedagem, a estimativa é de R\$ 2 milhões. Esse valor vai se somar aos gastos em restaurantes, bares, espaços de lazer e inúmeros outros serviços. Supondo-se que cada pessoa consuma R\$ 50,00 por dia, teremos cerca de R\$ 1,2 milhão só de gastos extras. ☛

Da memória para o papel

Por Carlos Cruz

A partir deste número, *Municípios de São Paulo* passa a publicar esta sessão, resgatando a história da APM e mostrando os personagens que outrora mantiveram levantada nossa bandeira municipalista.

Mostramos nesta edição, flagrantes do 20º Congresso Estadual de Municípios, ocorrido de 21 a 26 de março de 1976, em Guarujá (percebam que há 30 anos foi realizado na mesma data e na mesma cidade que o de agora, do jubileu de ouro).

Fotos: Arquivo APM



Vista geral do auditório do 20º Congresso, mostrando o quanto foi concorrido e participativo.



Ao lado do governador Paulo Egídio (à esquerda), o então presidente da APM, Wilson José (centro) cumprimenta um companheiro congressista



Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto e o então Secretário de Estado, hoje prefeito de Araçatuba, Jorge Maluli, acompanhados de dois congressistas

Congressos na lembrança

Sebastião Misiara, atual presidente da Uvesp, conta sua trajetória pelos congressos da APM, de 1972 até hoje

Quando o assunto é Congresso Estadual de Municípios, Sebastião Misiara não titubeia. Da edição de 1971 em diante, ele consegue enumerar facilmente todas as suas participações no encontro municipalista. A primeira vez que compareceu a um encontro, Misiara – que é o atual presidente da União dos Vereadores de São Paulo (Uvesp) – ainda não havia exercido nenhum cargo público. Foi convidado pelo então presidente da APM na época, Wilson José, para cobrir o evento. Era jornalista em sua cidade natal, Barretos.

Em todos esses anos, Misiara só não foi ao congresso em 1972, quando se afastou para concorrer, na mesma Barretos, ao cargo de vereador – o seu primeiro mandato dos cinco assumidos na vida pública. Em 1972,



Misiara preside a União dos Vereadores do Estado de São Paulo

Misiara também foi eleito conselheiro da APM. E o contato permanente com os membros da entidade o despertou para a causa municipal: “O congresso é o maior laboratório de idéias municipalistas do mundo. Ali se discute o destino do país a partir das reivindicações do cidadão”, afirma.

Das boas lembranças

Divulgação / Uvesp

que tem dos congressos passados, uma em especial ele gosta de contar. Tida como cômica hoje, na época causou tensão. Foi em 1976, quando aceitou o convite para ser o mestre de cerimônias do congresso, que recebeu a visita do então presidente

general Ernesto Geisel. “Estávamos na ditadura militar e a equipe do Governo demorou dois meses analisando meu currículo”, conta. Depois ficou acertado que eu só deveria falar o que estivesse no roteiro do evento. Apesar da repressão, o encontro foi um dos mais grandiosos: “Naquela ocasião, Wilson José disse a célebre frase:

‘O prefeito e o governador também ajudam a governar o país’”, lembra.

A edição de 1993 também lhe vem facilmente à memória. Mas com toque de tristeza. Naquele encontro, o mesmo presidente Wilson José teve de se ausentar por motivo de doença. Na ocasião, Misiara assumiu a coordenação dos trabalhos daquele ano juntamente com os outros membros da diretoria. “Foi um momento importante, de responsabilidade”, diz.

Para 2006, o ano do jubileu de ouro, a expectativa é grande. “É hora do reencontro com as lideranças para o fortalecimento do poder local e capilarização do conhecimento municipalista entre os novos políticos. Trata-se do maior projeto de integração social existente”, explica. Bem, que venham as novas lembranças. ■■

PROGRAMAÇÃO DO 50º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS DE 20 A 25 DE MARÇO DE 2006, NO CASA GRANDE HOTEL – GUARUJÁ – SP

Dia 20 – 2ª feira	14h00	Início do Credenciamento e entrega de material			
	19h00	Sessão Solene de Abertura com a presença do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Rodrigo Garcia, do Vice-Governador Cláudio Lembo e autoridades do Estado de São Paulo.			
	21h00	Abertura da Exposição Paralela de Produtos, Serviços e Tecnologias e coquetel de boas-vindas nos estandes.			
Horário	Dia 21 – 3ª feira	Dia 22 – 4ª feira	Dia 23 – 5ª feira	Dia 24 – 6ª feira	
8h30 às 9h00	PLENÁRIA				
9h00 às 9h30		PATROCINIO PETROBRAS		ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	
9h00 às 10h00	JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER		AGRICULTURA		
9h30 às 11h00				HABITAÇÃO	
9h30 às 12h00		MEIO AMBIENTE			
10h00 às 10h30			PATROCÍNIO BANESPA		
10h00 às 11h00	Lançamento do IQR – Índice de Qualidade de Resíduos (CETESB)				
10h30 às 12h00			PLANEJAMENTO/ FAZENDA		
11h00 às 11h40	TRANSPORTES				
11h00 às 12h00				PATROCÍNIO NOSSA CAIXA	
11h40 às 12h00	FAAP				
12h00	"MOMENTO CULTURAL APM" GILBERTO DIMENSTEIN	"MOMENTO CULTURAL APM" HERÓDOTO BARBEIRO	"MOMENTO CULTURAL APM" PROF. PASQUALE CIPRO NETO	"MOMENTO CULTURAL APM" JOELMIR BETING	
PERÍODO DA TARDE					
14h00 às 14h30	TRIBUNA LIVRE (Pinga -Fogo)				
14h30 às 15h00		PATROCÍNIO SABESP		PATROCÍNIO BANCO DO BRASIL	
14h30 às 15h30			JUSTIÇA e DEFESA DA CIDADANIA		
15h00 às 16h30	EDUCAÇÃO			TRANSPORTES METROPOLITANOS	
15h00 às 17h00		ENERGIA E RECURSOS HÍDRICOS			
15h30 às 17h30			LEGISLATIVO		
16h30 às 17h00	"Utilização da pesquisa como instrumento de gestão"			PATROCÍNIO ELEKTRO	
17h00 às 17h20		PATROCÍNIO BRADESCO			
17h00 às 18h00				PATROCÍNIO CPFL	
17h00 às 18h30	CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO				
17h20 às 18h30		SEGURANÇA PÚBLICA			
17h30 às 18h30			SAÚDE		
18h30	"MOMENTO CULTURAL APM" BEATRIZ SEGAL	"MOMENTO CULTURAL APM" ARNALDO JABOR	"MOMENTO CULTURAL APM" Dr. DAVID UIP		
19h00				Sessão Solene da Câmara Municipal para outorga de Título de Cidadão do Guarujá ao Dr. Celso Giglio	
20h00			Lançamento do Livro: "Políticas Sociais no Brasil: Balanço e Desafios" Autor: Celso Giglio Prefácio: Fernando Henrique Cardoso		
Dia 25 – Sábado	11h00	Sessão solene de encerramento presidida pelo Dr. Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo, com a presença de outras autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, Federais, Estaduais, Municipais, Instituições não-governamentais e representantes dos diversos segmentos da Sociedade Civil.			
Nota: As palestras serão apresentadas por autoridades da União, do Estado e dos Municípios e Representantes da Sociedade Civil Organizada e os nomes dos palestrantes estarão à disposição em nosso site www.apaulista.org.br					

Promessa de Ju

Com a sanção da lei que reestrutura Judiciário paulista, municípios terão mais promotores e instalação de varas em mais cidades do interior

Por Antonio Santomauro

Sancionada em dezembro último pelo governador Geraldo Alckmin, a Lei Complementar 980/05 terá profundas implicações na rotina da Justiça praticada nos municípios, inclusive em suas arrecadações. Pela nova lei, 26 cidades paulistas receberam a classificação de entrâncias finais, a mesma já atribuída à capital. Isso significa que elas passam a ter a mesma estrutura judiciária, com inclusão de Varas da Fazenda Pública,

Juizados Especiais e Varas de Família e Sucessões, entre outras antes inexistentes nesses municípios.

Com a reestruturação do Judiciário, os juizes das entrâncias finais poderão ascender até o posto de desembargador – o mais alto do Judiciário estadual, sem a prévia atuação, antes obrigatória, na capital.

necessidade de mudança para São Paulo é importante não apenas para suas carreiras, mas também para a atividade judiciária nos municípios. “Permanecendo mais tempo em uma cidade, o juiz conhecerá melhor os fatos judiciais mais comuns, os advogados e os funcionários do fórum. Isso contribui para uma

Nova legislação ampliará o tempo médio de permanência dos juizes nas cidades

E, caso futuramente concretizem-se os projetos em análise no Tribunal de Justiça do Estado, mesmo aqueles já nomeados desembargadores, poderão manter-se nessas cidades.

Para os juizes, essa possibilidade de desenvolvimento profissional sem

Justiça mais eficaz,” crê Flávio de Oliveira César, juiz-diretor do Fórum de Taubaté, comarca que recebeu a classificação de entrância final. Ele estima que a nova legislação ampliará o tempo médio de permanência dos juizes nas cidades – atualmente na faixa de dez a doze anos –, para um mínimo de quinze

Justiça mais ágil

ou dezesseis anos.

Em alguns casos, esse prazo pode ser até maior. Com quase 13 anos de trabalho no Fórum de Diadema, o juiz-diretor Heitor Donizete de Oliveira deverá ficar no cargo por pelo menos mais quinze anos. A comarca da cidade também foi transformada em entrância final. Para ele, esse tempo maior de permanência pode render outros benefícios para os cidadãos. "Com mais tempo, o juiz vai se enfronhando cada vez mais nos problemas

QUESTÕES TRIBUTÁRIAS

A nova legislação também determina que as cidades com comarcas qualificadas como entrâncias finais tenham Varas da Fazenda Pública, cujos juízes dedicam-se primordialmente às questões tributárias e fiscais. Antes, com exceção da cidade de São Paulo, o julgamento em primeira instância era realizado pelos juízes das Varas Cíveis dos municípios, que também analisavam, por exemplo, uma separação litigiosa.

Na opinião de Ronnie



Divulgação / TJ

Soares, do TJ: "varas da Fazenda Pública em todas as entrâncias finais até junho"

melhorar a qualidade da Justiça referente às questões tributárias, acredita Valdemar Zanette, procurador da prefeitura de

São Carlos. "Juízes dedicados apenas às causas de execução fiscal podem aprofundar-se mais nesse tema, e assim julgar de maneira segura", diz. Além de mais justos, os processos devem passar mais rápido pelas instâncias judiciais. "Em São Carlos, temos hoje cerca de 15 mil causas tributárias", revela Zanette. Detalhe: o número apresentado por ele refere-se apenas às ações movidas pela prefeitura, não incluindo as

Comarcas de entrâncias finais terão varas com juízes dedicados às questões tributárias e fiscais

locais. Isso faz com que, junto com o poder público e a comunidade, ele possa desenvolver projetos e estratégias visando melhorias sociais e até econômicas", explica Oliveira.

Herbert Barros Soares, juiz assessor da Presidência do Tribunal de Justiça, a especialização decorrente da estruturação das Varas da Fazenda Pública agilizará os processos referentes a assuntos fiscais: "Nossa intenção é instalar Varas da Fazenda Pública em todas as entrâncias finais até junho", acrescenta.

As Varas da Fazenda Pública podem realmente

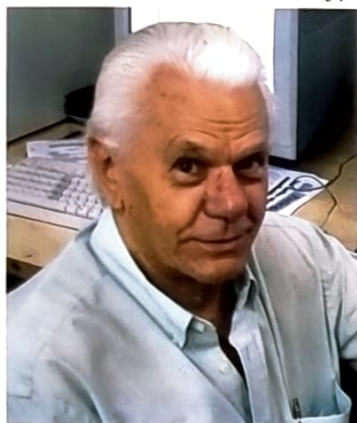
QUADRO MAIOR DE JUÍZES NOS MUNICÍPIOS

Juntamente com a lei que reorganiza o Judiciário paulista, o governador Geraldo Alckmin sancionou a Lei Complementar 981/2005, que confere ao Ministério Público estadual estrutura similar à da Justiça do Estado. Na opinião de Paulo Afonso Garrido De Paula, procurador de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo, a nova legislação realmente contribuirá para uma Justiça mais ágil. "Ela amplia seus recursos humanos, e isso é fundamental para maior agilidade", explica o jurista que também é membro do Conselho Superior do Ministério Público.

A contratação de funcio-

nários não se restringirá às novas Varas estabelecidas pela lei referente ao Judiciário. Também no Ministério Público, segundo De Paula, serão criados 121 novos cargos de promotores de justiça para as entrâncias finais – boa parte deles dedicada à atuação no interior do Estado –, 122 nas entrâncias intermediárias, e 46 em entrâncias iniciais (sendo essas duas últimas dedicadas exclusivamente à atuação fora da capital paulista). "Os novos cargos eliminarão o problema dos promotores que hoje precisam acumular os cargos de suas comarcas com os cargos de comarcas menores", afirma De Paula.

Fotos: Divulgação



Zanette, de São Carlos: "varas irão facilitar a resolução de questões tributárias"

demandas geradas pelos contribuintes.

A grande quantidade de questões associadas a tributos preocupa Luiz Carlos Cabral, secretário de Assuntos Jurídicos da prefeitura de Taubaté, pois ela pode gerar acúmulo de ações nas novas Varas da Fazenda Pública, nas quais se concentrarão ações – originadas pelo município e pelos contribuintes – antes distribuídas por todas as varas cíveis. Segundo Cabral, isso já ocorreu na Vara da Família instalada em Taubaté no final do ano passado. "Antes, as diversas varas trabalhavam com uma média de cinco mil processos, mas nessa nova vara o número atingiu 7,5 mil", compara.

Mesmo assim,

Cabral considera útil a estruturação das Varas da Fazenda Pública. "A prefeitura de Taubaté irá até contribuir, por meio da cessão de equipamentos, com a instalação dessa Vara", conta.

Vanessa de Oliveira Ferreira, secretária de Assuntos Jurídicos de Diadema, também

qualifica as Varas da Fazenda Pública como instrumentos capazes de agilizar o desenrolar dos processos relativos a tributos. "Elas também permitirão o início de ações envolvendo o governo estadual – ou seus agentes, como a Sabesp, por exemplo –, sem necessidade de deslocamento até a capital paulista", acrescenta.



Vanessa, de Diadema: "com a estruturação das varas, deslocamento até a capital acabará"

O QUE MUDA COM A NOVA ESTRUTURA DA JUSTIÇA NO ESTADO

- A classificação de quatro entrâncias (1ª, 2ª e 3ª entrância e entrância especial) foi extinta e deu lugar a uma nova estrutura com apenas três: inicial, intermediária e final.

- Foram qualificados como entrâncias finais os municípios com mais de 130 mil eleitores e com registro de processos superior a 25 mil por ano, na média dos últimos cinco anos. Atualmente, integram essa categoria as cidades de: Araçatuba, Araraquara, Barueri, Bauru, Campinas, Diadema, Franca, Guarulhos, Jundiaí, Limeira, Marília, Mogi das Cruzes, Osasco, Piracicaba, Praia Grande, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Vicente, Sorocaba, Taubaté, além da capital.

- A categoria de entrância intermediária abarca municípios com mais de 50 mil eleitores, e mais de sete mil processos anuais, na média dos últimos cinco anos, mas com números inferiores aos das entrâncias finais.

- As entrâncias iniciais aglomeraram as cidades com números inferiores aos exigidos das entrâncias intermediárias.

- Os municípios poderão ser elevados à categoria imediatamente superior à medida em que preencherem

os requisitos necessários.

- A Lei permite, nas entrâncias finais, a especialização de Varas – unidades cartorárias e juízes –, por matérias, com a criação de Varas especializadas para cuidar exclusivamente de processos de Família e Sucessões, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal. As entrâncias finais também terão Varas da Fazenda Pública, que julgarão, em primeira instância, as questões tributárias. Essas varas também permitirão o ajuizamento, nesses municípios, de ações contra o governo estadual e seus órgãos.

- Os juízes poderão permanecer mais tempo nas cidades, pois não precisarão mais atuar antes na cidade de São Paulo para serem promovidos a desembargadores.

- Serão criados, em várias cidades, cargos de juízes auxiliares. Isso permitirá dois ou mais juízes por Vara, em lugares onde haja grande número de processos, sem necessidade de novos cartórios.

- O texto completo da Lei, com a classificação do Judiciário em todas as cidades do Estado transformadas em entrâncias inicial, intermediária e final, está disponível em página do site do Ministério Público: www.mp.sp.gov.br/reclassifica/lei-judiciario.htm

DESCENTRALIZAÇÃO

Após a instalação das Varas da Fazenda Pública e das Varas da Família e Sucessões, que começaram a ser instaladas nas entrâncias finais já no ano

passado, terá início uma nova fase no processo de implementação da nova legislação: "Começaremos a implantar os Juizados Especiais", afirma Soares, do Tribunal de Justiça.

Estruturados para dar mais agilidade ao Judiciário, esses Juizados trabalharão com causas dedicadas a delitos de menor gravidade, ou questões pecuniárias de menor monta.

O secretário de Assuntos Jurídicos da prefeitura de Taubaté considera os Juizados Especiais "um benefício muito interessante para as populações das cidades". Cabral também elogia outra novidade introduzida pela Lei Complementar 980/05: a figura do juiz auxiliar, que permitirá, sem a necessidade de criação de

novos cartórios, dois ou mais juízes em Varas com grande número de processos. Pode-se também prever, como consequência da nova lei, uma justiça mais democrática: "Ela ampliará o acesso dos cidadãos à Justiça", prevê Vanessa, de Diadema.

De acordo com Soares, do Tribunal de Justiça, essa lei nasceu de uma proposta formulada pela Associação Paulista de Magistrados, e de estudos elaborados no âmbito do TJ. Posteriormente, houve a consulta ao governo estadual, e algumas

modificações decorrentes de iniciativas dos deputados estaduais que precisavam aprovar o projeto.

Mas a reestruturação do Judiciário paulista ainda

os julgamentos nessa segunda instância ocorrem apenas em São Paulo. "A Constituição estadual prevê essa descentralização, e o Tribunal de Justiça

Lei Complementar institui a figura do Juiz Auxiliar na Varas com grande número de processos

terá mais capítulos. A descentralização a partir da criação de câmaras do Tribunal de Justiça – sua segunda instância – em cidades do interior já está em discussão. Por enquanto,

pretende implementá-la", afirma Soares. "Já fizemos pilotos em cidades como Ribeirão Preto, mas ainda não há um cronograma para sua implementação", indica. ■

A peça chave da sua prefeitura!

Oferecemos toda linha de equipamentos e acessórios para cozinhas industriais, hospitais, centros de distribuição de alimentos, escolas e muito mais. Executamos gratuitamente todo o projeto e especificações técnicas para a sua prefeitura. Solicite a visita do consultor técnico de seu município e faça a diferença em sua administração.

Cocção



Distribuição



Versões aquecida, refrigerada ou neutra

Refrigeração



- Refrigerador
- Freezer
- Vertical e horizontal
- Câmara frigorífica
- Pass Thru

Apoio

Estante • Mesa • Mesa com cubas
carro de apoio e de detritos



ELVI COZINHAS INDUSTRIAIS

Rua Oneda, 300 • Planalto • São Bernardo do Campo • SP • CEP 09895-280

55 (11) 4341-4466 • elvi@elvi.com.br

www.elvi.com.br

Repartição virtual

Portais na internet com serviços municipais agilizam o atendimento ao cidadão e afugentam a burocracia

Por Regina L. Diniz

Cálculos e parcelamentos de dívidas públicas, segunda via de IPTU, boleto de pagamento bancário de taxas e tributos municipais. Para conseguir esses serviços na prefeitura, o cidadão não precisa mais enfrentar filas ou ter de carimbar uma pilha de papéis. A oferta crescente de serviços públicos pela internet tem facilitado a vida do cidadão e agilizado o controle financeiro e fiscal das prefeituras. Alguns portais eletrônicos de cidades paulistas podem ser usados como exemplos para outros municípios que ainda estão no início do processo de modernização do atendimento ao cidadão.

Desde a sua criação,

há oito anos, o site da cidade de Americana vem ampliando o número de serviços eletrônicos oferecidos à população. As primeiras informações on line se restringiam ao conteúdo turístico, consultas

dos parques ecológicos da região e mapas de ruas. "A necessidade de aumentar o relacionamento com o cidadão fez com que colocássemos no ar informações mais específicas, de auditoria

fiscal a guias de recolhimento de ISS", diz Arnaldo Yaukidi Tanaka, assessor de informática da prefeitura, desde 2000.

Pelo site, o morador de Americana também tem acesso atualmente



Evandro Rodrigues



Tanaka, de Americana: para melhorar atendimento, site ganhou mais volume de dados

às portarias de licença de funcionamento e formulários de vigilância sanitária. A partir deste ano, a segunda via do IPTU também foi disponibilizada via portal municipal. “O contribuinte consegue fazer tudo da sua própria casa, sem que haja a necessidade de se deslocar até a prefeitura”, explica o assessor.

Nenhuma prefeitura paulista conseguiu ainda viabilizar a conexão entre os sites públicos e os de bancos privados ou públicos para pagamento direto por débito automático ou por cartão de crédito. Essa é uma tecnologia que ainda passa por estudos. Para efetuar hoje o pagamento do IPTU, por exemplo,

todo de forma on line, o cidadão precisa acessar a página da prefeitura e depois a página do banco no qual tem conta.

ATRAIR PELO VISUAL

Interessada em despertar o interesse do usuário, a prefeitura de Santo André

planeja uma reformulação do portal eletrônico da cidade: a página terá um novo projeto gráfico que também irá privilegiar a interatividade. “Alguns passos precisam ser encurtados para dar rapidez

ao acesso às informações. À medida que o número de serviços aumenta são necessários ajustes no site”, afirma o diretor de Tecnologia da Informação do município, Donizetti da Costa.

Além do acesso a certidões fiscais, segundas vias de impostos e taxas e licenças de publicidade, o portal eletrônico desenvolvido em Santo André

construções urbanas como postos de saúde, pontos de ônibus, redes de esgoto, água, postes de eletricidade etc. “Esse serviço é pioneiro no país e muito importante para que o planejamento urbano”, acrescenta.

À MÃO DO CIDADÃO

Para 2006, a prefeitura de Santo André planeja o fornecimento de formulários de pagamento

Emissão de segunda via de boletos para pagamento de impostos é a ferramenta mais comum

oferece um sistema de geoprocessamento utilizado para mapear o município e localizar todas as

integrado, com códigos de barras, para que o usuário possa imprimir o boleto em casa, no escritório ou nos postos de atendimento da prefeitura e pagar em qualquer rede bancária.

Isso acontece na prefeitura de Barueri. O morador da cidade que tem uma dívida pública com o município pode calcular seus débitos com todos os departamentos, escolher o parcelamento, emitir o boleto de pagamento via sistema eletrônico e pagar pelo sistema bancário. “Por este sistema, muitas dívidas públicas foram negociadas”, comenta Silvequania Maria

SERVIÇOS ON LINE EM ASCENSÃO

A pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2004, atestou que 99% dos municípios do país com mais de 500 mil habitantes têm página na rede mundial de computadores. A região Sudeste foi a segunda colocada com o maior percentual de municípios com portal municipal, 46%, atrás apenas da região Sul. Os Estados do Rio de Janeiro (72%) e São Paulo (63%) são os destaques no Sudeste. Dados estatísticos da Casa

Civil do Estado de São Paulo registram que dos 645 municípios paulistas, 415 têm sites em funcionamento.

A pesquisa do IBGE aponta ainda que dos 5560 municípios do país, 28% apresentam serviços informativos como localização de locais públicos, endereços úteis e informações turísticas e culturais. O segundo serviço eletrônico mais freqüente disponibilizado nos sites municipais é o que trata do Diário Oficial; seguido pelas informações de trânsito, do clima e dados específicos sobre a cidade.

Siqueira, administradora do Centro de Tecnologia da Informação de Processamento de Dados do município.

Além dos serviços voltados para os cidadãos, a prefeitura de Barueri também aproveitou o meio internet para facilitar a vida das empresas da cidade. Todas as operações da secretaria de Finanças estão on line: renovação de alvará, emissão de certidões de débito, autorização de notas fiscais, consulta de alíquotas, extrato de débitos, documentos emitidos e

CIDADÃO SP DE ROUPA NOVA

Remodelado no final de janeiro, o portal CidadãoSP está mais interativo e a busca de serviços mais facilitada. De 1.932 serviços, incluindo links com secretarias e autarquias públicas do Estado, passou a ter 2.048 itens de serviços de utilidade pública. Segundo Álvaro Gregório, coordenador do portal e do epoupatempo, o próximo passo é implantar um sistema completo de pagamentos de impostos e taxas pela Internet. "O dever do Estado é prestar serviços públicos e atender cada vez

melhor às necessidades da população", afirma Gregório. Uma novidade que o cidadão vai encontrar na nova roupagem do portal cidadãoSP é a certidão de antecedentes criminais. "A demanda por este serviço sempre foi muito grande, tanto na capital do Estado quanto no interior. Em alguns casos, o envio desse documento demorava dias e muitas horas nos poupatempos do Estado. Agora em poucos segundos, o cidadão tem a certidão na mão", diz.

manutenção do portal da prefeitura da secretaria de Administração e Modernização para a de

dinâmica de alimentação do conteúdo do portal. Já o suporte técnico e assessoria para todo o sistema continuam sob responsabilidade do departamento de TI.

O portal municipal de São José do Rio Preto também será remodelado este ano. Criado em 2003, o site da prefeitura tem passado por outras alterações desde o ano passado, primeiro ano da atual gestão. "Optamos

por centralizar a coordenação dos conteúdos, tomando esta ferramenta mais dinâmica com atualizações diárias das secretarias e autarquias", afirma o secretário de Comunicação Social do município Ruy Dias Sampaio. Ele explica que cada órgão municipal alimenta suas

páginas com novas informações relacionadas a sua área de atuação. O serviço é executado pelos funcionários de cada departamento. Cabe à secretaria então coordenar a atualização das páginas, e cobrar para que seja feita periodicamente. A atualização dos serviços oferecidos via site – ressalta o secretário – tem que ser constante: "As mudanças em ferramentas dos sites devem acompanhar as necessidades do contribuinte para atingir a meta de prestação de serviços", reafirma.

O cuidado com a atualização traz retorno imediato: em 2005, o portal de Rio Preto recebeu seis milhões de acessos, mais que o dobro do ano anterior, segundo dados da própria secretaria. A página mais acessada foi a capa do site seguida pelo vídeo institucional da prefeitura. Em janeiro deste ano foram acessadas 814 mil páginas, quatro vezes mais que em janeiro de 2005. A meta para 2006 é deixar o canal mais objetivo, sem duplicidade de informações e ainda mais amigável. ☺

Mudanças em ferramentas dos sites devem acompanhar as necessidades do contribuinte

outros. Segundo Silvequania, para fazer parte do sistema, a empresa deve fazer um cadastro, registrar uma senha digital e assinar um termo de responsabilidade de segurança.

GESTÃO DO CONTEÚDO ON LINE

A prefeitura precisa analisar qual a melhor forma de dividir a responsabilidade na gestão de conteúdo dos portais públicos. Em Santo André, a administração municipal achou por bem transferir a responsabilidade da

Comunicação. Segundo o secretário Donizetti da Costa, esta mudança está mais alinhada à nova

Divulgação / Fabrício Spatti



Sampaio, Rio Preto: opção por centralizar a coordenação do conteúdo do portal

MAIS INFORMAÇÕES

www.americana.sp.gov.br
www.riopreto.sp.gov.br
www.santoandre.sp.gov.br
www.barueri.sp.gov.br

Instrumentos de modernização da administração pública

As relações entre o poder público e a iniciativa privada, na área social, por meio da prática de parcerias ou termos de cooperação, vêm se destacando como uma das propostas de reestruturação do Estado. Isso representa a saída da intervenção direta estatal do setor de serviços públicos não-exclusivos, cabendo às entidades privadas, estas, sem fins mercantis, integrantes do chamado terceiro setor, a prestação de serviços como saúde, educação, produção científica e tecnológica, proteção ao meio ambiente e produção cultural. É válido notar que o Estado ainda exerce um papel essencial no desenvolvimento social, entretanto, não mais diretamente, mas como parceiro e agente impulsionador.

Almeja-se cada vez mais uma administração pública eficiente na implantação de políticas públicas, principalmente na área social. Nesse aspecto, a aliança com o terceiro setor desponta como uma ótima alternativa, na medida em que se forma um vínculo entre o poder público, detentor dos recursos, e a iniciativa privada engajada socialmente, possuidora de *know how*, eficiência, transparência e da credibilidade da sociedade.

As Organizações Sociais (OS), entidades resultantes da citada reestruturação estatal, são formadas por iniciativa de particulares, voltadas para atividades de interesse social,

com incentivo e fiscalização do poder público, mediante vínculo jurídico, denominado contrato de gestão, que visa promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde, através da disponibilidade de recursos, bens e servidores públicos.

Aliança com o terceiro setor desponta como ótima alternativa por formar vínculo entre o detentor dos recursos (poder público) e a possuidora de eficiência e credibilidade (iniciativa privada)

Nesse cenário, mais uma disciplina jurídica foi estabelecida às entidades sem fins lucrativos já existentes, possibilitando que estas sejam qualificadas pelo poder público como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que, a partir de então, tornam-se aptas a firmar, com a administração pública, acordos de cooperação, denominados termos de parceria, para execução de atividades de interesse público.

Atenta ao aumento da utilização desses valiosos instrumentos, aqui apresentados, o Tribunal de Contas de São Paulo publicou em 15 de dezembro de 2005, a resolução 09/2005, por meio da qual implementou, atualizou e padronizou o controle da aplicação dos recursos públicos repassados às entidades integrantes do terceiro setor.

Compete aos gestores públicos, dentro dos parâmetros legais, utilizarem, efetivamente, os contratos de gestão e os termos de parceria como aliados na implementação e agilização de seus projetos sociais. ❖



Cristina Barbosa Rodrigues, advogada especialista em Direito Administrativo e Tributário

Bonde Turístico de Santos receberá R\$ 5,6 milhões do Dade em 2006, além de outros recursos privados e públicos



Resgate da história e do turismo

O investimento na restauração de imóveis antigos pode garantir aumento de receita com o turismo e geração de renda para a população local

Por Adriana Natali

Restaurar um patrimônio é garantir a manutenção de uma história. Diversas cidades em São Paulo têm recorrido às parcerias com o governo do Estado, organizações não-governamentais (ONGs), instituições de ensino superior, com a iniciativa privada ou mesmo utilizando os próprios recursos municipais para restaurar monumentos,

prédios e outros espaços deteriorados pelo tempo. Ações como essas, especialmente em cidades turísticas, atraem visitantes, trazem investimentos e melhoram a distribuição de renda e a geração de empregos para a população local.

São Luiz do Paraitinga possui um dos maiores conjuntos arquitetônicos do estilo barroco do Estado de São Paulo.

São mais de 90 prédios históricos, todos tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Entre os imóveis está a casa onde nasceu o médico sanitário Osvaldo Cruz, em 1872. "Esse é um dos maiores atrativos turísticos daqui e deve ser preservado, tanto por força da Lei

do Tombamento, como para o desenvolvimento do turismo”, explica o diretor de Turismo Eduardo Valente Júnior.

A grande maioria dos casarões que compõem o conjunto arquitetônico é de propriedade particular e, portanto, cabe ao proprietário zelar por sua manutenção. Caso não o faça, o proprietário pode ser acionado pelo Ministério Público, o qual exigirá o cumprimento da lei.

Já os prédios pertencentes ao poder público ou sob sua guarda têm sua manutenção a cargo da própria prefeitura (*leia o quadro Os cuidados na hora de restaurar*). Sob orientação do Liceu de Artes e Ofícios de Santana de Parnaíba, jovens carentes participaram, em 2004, do Curso de Restauração de Imóveis Tombados, cuja parte prática foi a restauração da Capela das Mercês, construída em 1814. A verba da obra foi doada pelo Banco Real ao Conselho do Menor e Adolescente. “Além de ter nosso prédio mais antigo restaurado, também promovemos a inserção de 20 jovens no mercado de trabalho”, acrescenta Valente Júnior.

Outra cidade que contou com apoio da iniciativa privada na recuperação de seus imóveis históricos foi

São Sebastião. Ali, em 2001, foram restaurados o Museu de Arte Sacra e a Igreja Matriz, entre 2000 e 2002. Além dos recursos próprios, a prefeitura conseguiu apoio da Petrobras e da Volkswagen. Do mesmo modo, o Antigo Grupo Escolar Henrique Botelho teve suas características

levar serviços essenciais aos moradores e acompanhar o desenvolvimento da proposta de turismo sustentável.

Com o programa de restauração, o fluxo turístico em Paranapiacaba se multiplicou nos últimos anos, saltando de 41 mil visitantes em 2001, para 207 mil no ano passado. “Boa

com o Centro Universitário Santo André (UniA), com verba da Fapesp, um trabalho de revitalização de um grupo de imóveis residenciais. Os dados recolhidos servirão de base para as intervenções, como uma espécie de manual para as próximas restaurações.



originais, como telhado, piso e esquadrias, recompostas em 2002.

CHAMARIZ DE TURISTAS

Paranapiacaba conseguiu recursos de diversas fontes para recuperar seus patrimônios. Propriedade do governo federal, a histórica vila ferroviária foi comprada pela prefeitura de Santo André em janeiro de 2002 e, desde então, tem sido alvo de um projeto de revitalização. Uma subprefeitura foi criada para

parcela dos moradores da vila já sobrevive diretamente do turismo gerado com a restauração”, afirma o subprefeito João Ricardo Guimarães Caetano.

Os investimentos na recuperação da vila de Paranapiacaba já superaram os R\$ 24 milhões. Os restauros contaram com o apoio da Petrobras e WMF/American Express.

A prefeitura de Santo André também desenvolve

RECURSOS PÚBLICOS

Foi com boa parte de recursos próprios que Santos, cidade que possui uma herança patrimonial relacionada com a exportação do café, deu início ao processo de restauros. “Restaurar e resgatar os espaços é devolver à população uma parte da história”, diz a

A Estação do Valongo foi restaurada em 2004 com recursos da prefeitura santista e da secretaria de Estado da Economia e Planejamento

Anderson Bianchi / Secom



secretária de Planejamento do município, Débora Blanco Bastos Dias.

Os restauros estão sendo feitos não só nos prédios, mas também no entorno e na paisagem, como na Rua XV de Novembro, cujos postes, originais, datam do século 19. Outros espaços públicos foram remodelados. As praças dos Andradas e Mauá já foram restauradas. O prédio da Alfândega, recuperado nos moldes originais, está pronto. A restauração da Bolsa Oficial de Café, concluída em 1998, pôde ser realizada com o repasse de verba estadual de R\$ 2,5 milhões. A Estação do Valongo, restaurada



Divulgação

Casarão do século 19, localizado em São Luiz do Paraitinga, restaurado que hoje abriga sede de banco

em 2004 com recursos do orçamento municipal em convênio com a secretaria de Estado da Economia e Planejamento, custou outros R\$ 1,3 milhões. Já o Coliseu, um teatro da época áurea do café foi recuperado com um custo de R\$ 19,9 municipais.

Outro projeto importante

OS CUIDADOS NA HORA DE RESTAURAR

Transformar um prédio deteriorado em um imóvel vigoroso exige um trabalho de disciplina e que deve obedecer a uma série de etapas. Em primeiro lugar, é importante que o prédio particular ou público, seja tombado. Esse processo permite que o patrimônio seja estudado com cautela pelos profissionais do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e preservado da maneira correta. Se o imóvel não for tombado, o proprietário pode fazer qualquer tipo de reforma que achar necessário, mas correndo o risco de comprometer a construção original.

Se o imóvel for tombado pelo município, o pedido de restauração deve passar por um conselho local. Por isso, é aconselhável que as prefeituras tenham uma coordenadoria ou mesmo um conselho que trate apenas de patrimônio histórico.

Depois, deve-se fazer um levantamento completo do bem, reunindo plantas antigas, fotografias e outros registros que mostrem como é o imóvel originalmente. "A partir desse estudo pode-se iniciar a restauração, lembrando que o modo como ela será feita dependerá da corrente de trabalho seguida pelo restaurador", explica professor de História da Arquitetura da Unesp, Nilson Ghirardello, que

oito mil passageiros por mês.

PRIMEIRO PASSO

Por falta de verba ou desconhecimento, muitas cidades paulistas ainda não investiram na

preservação arquitetônica de sua cidade. Qual deve ser o primeiro passo então? O município de Suzano começou a responder à questão no ano passado com a criação da Coordenadoria de Patrimônio Histórico, vinculada à secretaria de Cultura da cidade. O setor iniciou um trabalho de pesquisa e levantamento de dados para o desenvolvimento

é a ampliação da linha do Bonde Turístico ainda em 2006, também com verba do governo do Estado, que vai possibilitar a ligação com outros pontos da cidade. O Dade investirá outros R\$ 5,6 milhões em mais 3,3 mil metros de linha.

Atualmente, circulam na linha uma média de

também já ocupou a cadeira de presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural e Histórico (Codepac) de Bauru. "Existem os profissionais que são a favor de uma restauração que respeita a originalidade da construção, ou aqueles que apóiam a inclusão de uma toque mais contemporâneo", explica.

Dependendo de como o imóvel foi tombado, a lei permite que seja preservada somente a fachada do bem, podendo, por dentro, ser feita uma reforma sem que se mantenha a estrutura original. Ghirardello lembra dos bens que são transformados em bancos ou restaurantes.

De acordo com o arquiteto, fazer apenas uma pintura

superficial nas construções históricas não significa restaurá-las. "Numa restauração até a pintura é feita com prospecção [processo em que se tiram as camadas de pintura até chegar à original]", explica. Outra interferência que não pode ser classificada como restauração é a substituição de caixilhos (moldura de vidros), pois altera o projeto original.

Só uma interferência ao projeto original é aceita, principalmente em prédios que vão receber grande número de visitantes: a adaptação de escadarias. "Muitas construções antigas possuem escadarias na entrada principal e, nos dias de hoje, é preciso adaptá-las para deficientes."

de um projeto de preservação de seu patrimônio. Para isso, primeiramente organizou o inventário e o arquivamento dos materiais fotográficos e documentais dos bens. Na sequência, desenvolveu o projeto de preservação, conservação, tombamento e reforma da Igreja do Baruel, núcleo inicial do município e da Academia de Judô Terazaki, uma das pioneiras da América Latina ainda em pé.

Para obtenção de recursos e suporte técnico, a coordenadoria estuda a realização de parcerias

com universidades. No final do ano passado, uma equipe de professores doutores da Agência de Inovação e Pesquisa, ligada à Universidade de Campinas, esteve no município para visitar os prédios antigos.

Suzano está no caminho certo, procurando ajuda nos pólos de conhecimento arquitetônico próximos da região. Para aqueles municípios distantes destes centros, a saída pode ser um contato com o próprio Condephaat. O importante logo de cara é procurar apoio técnico capacitado. ■■



ADVOGADOS ASSOCIADOS

TEL.: 11 5505 4011

11 4912 3812

WWW.ASVADVOGADOS.COM.BR

**ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE
LEI, DECRETOS, PORTARIAS,
EDITAIS DE LICITAÇÃO, MINUTAS
CONTRATUAIS, RESOLUÇÕES E
CIRCULARES**

**ASSESSORIA E
CONSULTORIA PREVENTIVA –
PARECERES TÉCNICOS**

**DEFESA E SUSTENTAÇÃO
JURÍDICA JUNTO AO TRIBUNAL DE
CONTAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS**

**DEFESA EM AÇÕES CIVIS
PÚBLICAS POPULARES E
MANDADOS DE SEGURANÇA**

Contagem da População e o Censo Agropecuário

Atendendo às reivindicações, inclusive de inúmeras prefeituras paulistas, o IBGE realizará a Contagem da População e o Censo Agropecuário em 2007

Por Francisco Garrido Barcia*

O IBGE realizará, em 2007, a Contagem da População dos Municípios com até 170 mil habitantes e o Censo Agropecuário em todos os municípios do país, numa única operação, com previsão de coleta de dados no período de abril a agosto do ano que vem. Já o Censo Demográfico, que acontece no Brasil de dez em dez anos, será realizado pelo IBGE em 2010, com a cobertura de todos os municípios.

As realizações da Contagem e do Censo Agropecuário em 2007 atendem aos anseios dos municípios brasileiros, identificados pelo IBGE, em todo o território nacional, por meio de grandes eventos, tais como os Congressos dos Municípios, realizados em Campos do Jordão e em Praia Grande, e organizados pela Associação Paulista dos Municípios (APM).

Para tanto, o IBGE está trabalhando para instalar, em 2006, as Comissões Censitárias Municipais (CCMs), formadas por representantes convidados dos três poderes no município, servidores do IBGE, líderes comunitários e outros membros de organizações civis locais. Um dos objetivos da criação dessas comissões é dar transparência ao acompanhamento de todas

as fases das pesquisas, desde a etapa de preparação – que tem como principal atividade a atualização dos mapas e documentos que orientarão a cobertura da coleta –, passando pela coleta das informações propriamente ditas, em 2007, e divulgação dos resultados preliminares ainda nesse mesmo ano,

desse fórum contribuirá de forma decisiva para um desenvolvimento adequado dos trabalhos, auxiliando na obtenção de uma boa qualidade da cobertura da coleta e, conseqüentemente, dos dados levantados.

É intenção do IBGE aproveitar a idéia das Comissões Censitárias e implementar

melhorar a disseminação na região, com troca sistemática de informações com outros órgãos.

Para melhor entendimento sobre a real complexidade da realização desses dois levantamentos, em âmbito nacional, seguem algumas estimativas para 2007: cerca de 72 mil recenseadores, 12 mil supervisores, 5,5 mil agentes de coleta municipais, 80 mil coletores eletrônicos e 1,2 mil postos informatizados. Para São Paulo, estão previstos aproximadamente 9,3 mil recenseadores, 1,3 mil supervisores e 656 agentes de coleta municipais. Os coletores eletrônicos darão agilidade à própria coleta, à alimentação automática dos pagamentos, à transmissão dos dados apurados, ao georreferenciamento dos estabelecimentos agropecuários e à divulgação dos dados preliminares.

Dessa forma, o IBGE estará acompanhando os avanços tecnológicos para bem cumprir a sua missão institucional, que é a de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.■

***Chefe da Unidade Estadual do IBGE em São Paulo**



As realizações da Contagem e do Censo Agropecuário em 2007 atendem aos anseios dos municípios brasileiros, identificados pelo IBGE

quando serão encerrados os trabalhos das CCMs.

Considerando o elevado grau de importância para todos os municípios brasileiros, as Comissões Censitárias devem merecer atenção especial para a sua constituição. O fortalecimento

Comissões Municipais de Estatística após o término das operações censitárias de 2007, como instrumento de acompanhamento e apoio às atividades do Instituto. Um dos benefícios previstos é aumentar a integração com a sociedade local, que deverá

IBGE no 50º Congresso Estadual de Municípios

Na edição deste ano, o Instituto dará continuidade aos trabalhos de parceria com os municípios paulistas, que vem apresentando excelentes resultados, entre os quais podemos destacar: a participação de servidores do IBGE nas equipes responsáveis pela elaboração de Planos

Diretores; e realização de palestras, seminários e cursos sobre a portal (www.ibge.gov.br) e demais ferramentas digitais desenvolvidas pelo Instituto, que capacitam técnicos das administrações municipais para um acesso mais rápido às informações do IBGE.

70 anos de história

Em 2006, o IBGE completa 70 anos. Além da preparação para realização da Contagem da População dos Municípios com até 170 mil habitantes e do Censo Agropecuário, o IBGE realizará uma série de eventos comemorativos. O destaque fica por conta do 2º Encontro Nacional de Produtores e Usuários

de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, que será composto por três eventos: um seminário internacional, com a presença de renomados palestrantes nas áreas de estatística e de geociências, a 5ª Conferência Nacional de Estatística (Confest) e a 4ª Conferência Nacional de Geociências (Confge).

Procure o IBGE, estamos ao inteiro dispor, através de vários canais de atendimento, inclusive pela nossa Rede de Agências, composta por 100 unidades, estrategicamente instaladas por todo o Estado de São Paulo, ou por intermédio do Setor de Documentação e Disseminação de Informações, instalado no prédio da sede estadual, à Rua Urussui nº. 93, Itaim Bibi, São Paulo, SP, pelos telefones: (11) 2105-8200, 2105-8281, 2105-8231, 2105-8210 e 2105-8212.



O maior PATRIMÔNIO de um POLÍTICO é seu RELACIONAMENTO !

Ainda mais...
quando precisa mostrar resultados :

- ✓ Hoje no MANDATO,
- ✓ Amanhã na CAMPANHA ?



Mais detalhes
WWW.WORKLINESYSTEM.COM.BR

WORKLINE SYSTEM - Empresa de consultoria com soluções na área de TI - Tecnologia da Informação em gestão pública.

Nossas ferramentas possuem a tecnologia - 100% - ON-LINE

Via anchieta, 1331 - cj 124 - Ipiranga - 04247-002 - São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 6168-6994 - comercial@worklinesystem.com.br

O bêbado e o “sarrista”

Por Claudio Manesco

Continuando a última coluna, o vereador Nandinho desta vez serve apenas como condição de contorno para introduzir hilária história de seu filho Ari – sujeito bem informado, bonachão e pós-graduado em matéria de tirar sarro alheio, expediente desenvolvido, talvez, em legítima defesa.

O outro personagem, Geraldo Minhoca, era uma espécie de Dr. Jekyll e Mr. Hide caipira: de dia, trabalhador incansável, com enorme habilidade na abertura de poços; à noite, alcoólatra inveterado. Quando sóbrio, a paz do Senhor ocupava a alma do cidadão. Geraldo era tímido, econômico nas palavras e mal se sabia a cor dos olhos, pois sua face ganhava tons avermelhados se alguém o encarasse tête-à-tête. Quando bêbado, a luxúria demoníaca avivava-lhe o semblante e tornava sua língua ferina e cambaleante. Geraldo era chulo, espalhafatoso e não levava desaforo para casa.

Caía a madrugada ao lado do coreto do jardim, ponteadas pela viola seresteira e umedecida pelo conhaque.

Nos intervalos as melodias eram interrompidas pelas conversas retomadas, quase sempre sem ordenação ou lógica: balbúrdia! A roda da juventude girava o relógio das horas enchando a vida de alegria ensimada.

Como a badalada de um sino, o grito de “bando de f.d.p” colocaria, às turras, Geraldo e Ari num confronto entre o bêbado e o “sarrista”. Conversa arrastada, de mais de quarto de hora e que, após início relaxante, tornara-se chata e repetitiva. Ari, com a sensibilidade de quem domina a arte da bazófia, colocou ponto final na querela, inventando uma história:

– Minhoca, agora deixa a gente em paz. Vá para a casa. Quero vê-lo às 7h em ponto para você abrir um poço na minha chácara.

– Então tá bom. De manhãzinha eu tô lá.

Logo a roda desfez-se cutucada pelo prenúncio da



Evandro Rodrigues

manhã. Cada um a seu modo de volta à sua casa.

Mal fechara os olhos naquela já manhã de domingo e Ari – sozinho em casa – foi acordado pela estridência de uma campainha a soar intermitente. Peregrinando entre o sonho e a realidade, num estado não-usual de consciência, dirigiu-se à porta e ao abri-la deparou-se com um magro e tímido Geraldo Minhoca.

– O que você tá fazendo

aqui essa hora Minhoca?

– Vim abrir o poço que o senhor pediu.

– Suma daqui já seu desgraçado...

Só soubemos da história porque, numa das rodas seguintes, Minhoca bêbado e mais contundente do que nunca nos xingamentos achegou-se e logo se dirigiu ao Ari dizendo:

– Bem feito para mim. Eu deveria saber que combinar serviço com bêbado é uma m...! :o

Casos havidos ou romanceados, “causos” são o objetivo desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que por aqui desfilem casos e “causos” que resgatem curandeiros da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrisma@terra.com.br

ASFALTO

A BAIXO CUSTO

Máquina Processadora de Asfalto

MP 10



Usina de PMF e Lama Asfáltica

MD 1000



Usina de Pré Misturado a Frio

UP 40

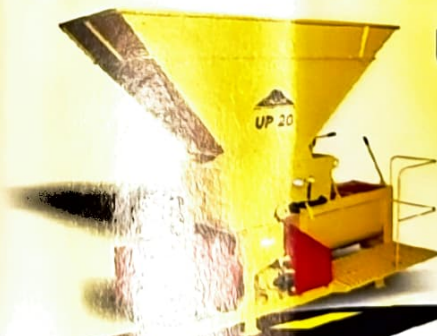


Vibro Acabadora **VA 500**



Usina de Pré Misturado a Frio

UP 20



Espargidor

EP 2500



CONISHI

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA.

Tel. 17 3522-8836 / Fax. 17 3522-8095

www.conishi.com.br vendas@conishi.com.br

Av. Com. Antonio Stocco, 230 - Pq. Joaquim Lopes - 15800-610 - Catanduva - SP



Líder em alimentação Escolar

Mais de 1,5 milhão de pessoas satisfeitas todos os dias

Oferecendo serviços de qualidade em todo o país, a Coan serve diariamente mais de 1 milhão e 500 mil refeições, produzidas por profissionais capacitados e supervisionados por nutricionistas.

Líder na terceirização de alimentação escolar, atende também órgãos públicos como hospitais, repartições e restaurantes populares.

Por que Coan?

- Refeições de qualidade;
- Mão-de-obra especializada e constantemente capacitada para a elaboração e confecção das refeições;
- Praticidade para a Administração Pública, que passa de gestora a fiscalizadora dos serviços de alimentação, com custos e suprimentos rigorosamente controlados;
- Excelente relação custo/benefício e valorização de fornecedores locais;
- Inclusão de programas de educação alimentar, para combater a desnutrição e a obesidade infantil;
- Satisfação dos alunos, funcionários e trabalhadores do município.

Conheça a Coan e invista na qualidade de vida e no futuro de sua cidade.



MERENDA ESCOLAR



RESTAURANTES POPULARES



HOSPITAIS

Coan
Alimentação
& Serviços



☎ 0800-554432
www.coanfoodservice.com